

Jornal da Constituição

Volume
345

Órgão oficial de divulgação da Assembléia Nacional Constituinte

Brasília, 29 de junho a 5 de julho de 1987 — Nº 5

Foram 150 dias ininterruptos de trabalho que resultaram, na expressão do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, num “trabalho de engenharia política em favor da democracia e do povo brasileiro”. O Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, ao entregar, juntamente com o Presidente do organismo, Afonso Arinos, o primeiro esboço completo da futura Constituição, disse: “Ela já nasce com um preâmbulo novo, assegurando que todo poder emana do povo e com ele será exercido”. O texto consta de 501 artigos, detalhando todos os aspectos da vida nacional. O debate agora ganha novo estímulo, pois

A Carta está na mesa

Reynaldo Stuvale/ADIRP



Nesta edição, encarte com o texto completo do anteprojeto de Constituição

A solenidade de entrega do texto: da esquerda para a direita, Virgílio Távora, Brandão Monteiro, Fernando H. Cardoso, Afonso Arinos, Ulysses Guimarães, Bernardo Cabral, Mauro Benevides e Mário Mau

Afonso Arinos queria o debate sobre as idéias

O Presidente da Comissão de Sistematização fala de suas expectativas, de suas decepções e de seu pensamento.

(Páginas 3 e 4)

Uma Constituição feita com o povo

Pela primeira vez na história constitucional brasileira, a sociedade vai ter o direito e o instrumento para encaminhar a uma Constituinte as suas propostas. O grande momento do exercício dessa conquista democrática será o Dia Nacional de Mobilização com vistas à coleta de assinaturas às emendas popu-

lares, programado para 17 de julho. Esse grande movimento está sendo coordenado pela Articulação Nacional de Entidades para a Mobilização Popular na Constituinte. Cada eleitor poderá assinar, no máximo, três propostas.

(Página 7)

A marcha dos vereadores em Brasília

Reunidos em Brasília, os legisladores municipais defenderam a tese de que a Constituição deve ser progressista.

(Página 6)

Educação gratuita e abrangente

O ensino deverá ser, em todos os níveis, público, gratuito, universal e laico.

No Brasil de um lado, temos os analfabetos e os semi-analfabetos constituindo-se em torno de 50% da nossa população e empobrecidos por um desigual e opressivo sistema social. Do outro lado, temos um sistema escolar aristocrático e elitista, contendo uma série de problemas institucionais que impossibilitam de adequar-se às necessidades sociais.

A escola não pode mais continuar a serviço de classe, de privilégios, de herança ou de poder aquisitivo, de credo religioso ou político. A educação deve estar a serviço do indivíduo em si e para si, no sentido de que a escola deverá descobrir e desenvolver em cada aluno suas capacidades inatas (potencialidades), suas aptidões, suas vocações e seus valores intrínsecos para que cada um possa se habilitar a participar da vida social, realizar-se e, assim, contribuir para o bem comum de acordo com seus valores pessoais e o nível de seu real potencial.

O sistema público e gratuito de educação tem por finalidade a democratização do ensino para que se estabeleça a igualdade de condições e de oportunidades e o direito à educação. Este direito à educação está diretamente relacionado ao dever de dar educação, logo esta deverá ser gratuita e em todos os níveis.

Por sua vez, é essa gratuidade que irá assegurar nas escolas de todos os graus, um grande contingente de alunos independente da sua condição sócio-econômica.

A educação deverá ser universal, ou seja, ampla e abrangente para que o aluno possa entender o significado integral do mundo atual e para ajudá-lo a definir sua futura profissão mediante uma formação rica em oportunidades e diversificações de conhecimentos. Assim conseguiremos um aluno do seu próprio processo de desenvolvimento.

A educação deverá ser laica, isto é, o componente religioso do ensino será excluído, exatamente em respeito à individualidade religiosa de cada aluno.

envolvimento, consciente, responsável e comprometido com a realidade social.

O que queremos com a educação pública, gratuita, universal e laica é uma posição firme de apoio a uma política educacional fundamentada em princípios democráticos, se desejamos, de fato, construir uma sociedade aberta para todos, minimizar as desigualdades individuais e sociais, e atingir o bem comum.

Somente assim a escola passará a ser a grande reguladora social, corrigindo as injustiças do atual sistema social e preparando um novo sistema, mais seguro, coerente e justo.

Por sua vez, a educação que é, sem dúvida, o maior fator de desenvolvimento social e econômico de qualquer nação, assumindo a mais alta prioridade na Constituinte, contribuirá com todo o seu potencial para a grandeza do País e melhoria do seu povo.

O distanciamento do desenvolvimento brasileiro dos demais países, com características semelhantes ao nosso, cujo desenvolvimento se apresenta em um nível dramaticamente superior, exige compromissos de tal seriedade que os responsáveis pela administração do País e pela elaboração da nova Constituição não podem nem se devem furtar.

Não basta, ainda ao brasileiro, somente o ensino gratuito e obrigatório até o 2º grau, pois não se pode entender por ensino de boa qualidade essas poucas horas em que o aluno passa na escola.

É necessário, além do mais, um tempo de permanência na escola superior ao atual, tanto quanto à jornada diária como pelo número de dias.

Esta é a única maneira de recuperar parte do tempo perdido. A única forma de retirar das ruas milhões de crianças abandonadas.

Constituinte Mário Maia, 2º-Secretário da Assembléia Nacional Constituinte



Delineada a nova Carta

Com cerca de 500 artigos, surge a estrutura da nova Constituição do Brasil. O documento foi entregue pelo relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral, ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães.

Isso, após três meses de intensos debates, quando afloraram as idéias e estabeleceu-se um amplo e complexo painel da realidade brasileira, onde conviveram interesses contraditórios e diversificados.

Sem dúvida um trabalho difícil, hercúleo, onde estão envolvidos diversos partidos e correntes ideológicas, além, obviamente, dos computadores do Centro de Processamento de Dados do Senado, sem o qual seria tarefa impossível para seres humanos sistematizar em tão pouco tempo tantas idéias diferentes.

Refletindo um amadurecimento político muito grande, paralelamente a esta fase de sistematização, cresce entre os Constituintes eleitos livre e soberanamente o espírito de busca do consenso e das soluções negociadas dos pontos mais contraditórios da nova Carta constitucional. E que pontos são estes? Certamente não se irá negociar o sistema de governo nem o tempo de mandato do Presidente Sarney. Nesses pontos a Constituinte caminha para um consenso. Os pontos contraditórios são, por exemplo: definição de empresa nacional; a questão do monopólio do petróleo; reforma agrária; anistia dos militares cassados; reserva de mercado; quarenta horas de trabalho semanais; estabilidade de emprego e outros temas.

O Jornal da Constituinte apresenta nesta edição o que deverá ser a nova Constituição, cujo anteprojeto, a partir desta semana, está recebendo emendas dos Constituintes integrantes da Comissão de Sistematização. Outro destaque desta edição é a situação da previdência social no Brasil, tema que tem preocupado a sociedade, segundo revelam as cartas que a Constituinte tem recebido.

Constituinte Marcelo Cordeiro, Primeiro-Secretário da Assembléia Nacional Constituinte.

Estabilidade constitucional

As crises político-institucionais do Brasil são muito conhecidas de todos nós, suas vítimas, nós o povo brasileiro. Passa o tempo, aumentam os investimentos desejosos de segurança, não só de lucro, e a população assiste, preocupada, a crescente ameaça aos seus empregos e às suas poupanças em meio às imprevisíveis flutuações dos interesses sem mediações estabilizadoras.

O presidencialismo nunca funcionou fora dos Estados Unidos. E lá só existe porque há um equilíbrio de poderes. Entre nós não apareceram, até hoje, um Legislativo forte e um Judiciário de todo independente do Executivo. Foi o grande Pedro Lessa, ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, quem disse com ironia: "No Brasil há três poderes autônomos e dependentes entre si. Em primeiro lugar, o Executivo, em segundo lugar, o Executivo e em terceiro, lugar o Executivo..."

Assim prossegue tempos afora, em meio a crises sucessivas e crescentes. O Brasil, cada vez mais complexo nas suas relações econômicas e políticas internas e externas, não pode ser dar ao triste luxo da instabilidade e consequente pendulação entre a anarquia e a tirania, a desordem social e as então inevitáveis intervenções militares. Ninguém as deseja, porém elas terminam acontecendo, contra a vontade da Nação que sempre volta a buscar outros rumos, dos quais o melhor só pode ser o retorno às origens da nacionalidade.

Agora mesmo assistimos todos aos dilemas da atual Presidência da República. Não se discute o homem José Sarney, ele próprio um prisioneiro da estrutura presidencialista, que lança nas suas mãos decisões terríveis a tomar. Algumas já lhe valendo impopularidade.

Este desgaste remonta aos seus antecessores. Poucos presidentes, após a Revolução de 1930, terminaram seus mandatos. Tiveram, inclusive, posses e sucessões democráticas seriamente ameaçadas, como se viu no caso de Juscelino Kubitschek.

Recomeça hoje a Nação a discutir, com razão, o parlamentarismo, que não pode nem deve ser tratado como solução emergencial. Do contrário fracassará, à maneira do ocorrido com o esquema híbrido dos tempos de João Goulart, apesar de ter como Primeiro-Ministro Tancredo Neves, entre outros.

Por este e muitos motivos levantamos a tese da Monarquia Parlamentarista Federativa. Assim ha-

verá um dirigente, na chefia da Nação, acima dos partidos, e na chefia do Governo uma outra comprometida com os diversos segmentos da sociedade através do Parlamento.

Desapareceram as cortes em todas as importantes Monarquias do mundo. Só a Família Real ou Imperial se destaca e com sobriedade, sua representação solene servindo apenas para a simbologia dos ritos. Vejam-se os exemplos do Japão e da Espanha, ao lado de muitos mais. No Japão se avança pela era da cibernética e da informática, com pleno respeito às tradições nacionais. Na Espanha se viabilizou o Pacto de Moncloa por intermédio da mediação do Rei na transição pacífica do autoritarismo para a democracia.

Já no Brasil o que resultou basicamente da Proclamação da República consistiu tão-somente na latino-americanização do nosso País no que os vizinhos têm de pior, pois o melhor, nossas comuns raízes ibéricas, estas permanecem nas afinidades culturais. Mas sob o aspecto político-institucional passamos a nos assemelhar em ciclos de desordens e intervenções militares.

Por que então deixarmos de querer nos parecer com o Japão, a Espanha, a Suécia, a Grã-Bretanha, o Canadá e a Austrália? Lá coexistem a liberdade e o desenvolvimento, em instituições liberais ou mesmo socialistas democráticas.

E não se venha alegar que se trata de outra importação estrangeira. Muito pelo contrário, a República é que é importada. O Brasil, nas suas raízes, vem do Rei Dom Afonso Henriques, fundador da nacionalidade portuguesa, trazida às nossas terras pelos colonizadores na simbiose de raças. Com a primeira administração local implantada por Dom João VI, naquele momento ainda Príncipe Regente, e que fundou no Brasil a Academia Militar, a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, o Jardim Botânico, o Corpo de Fuzileiros Navais, ao lado de diversas iniciativas suas. Em seguida vieram Dom Pedro I e Dom Pedro II, o proclamador da Independência e o promotor da mais longa fase de estabilidade do País.

O debate em torno do parlamentarismo ensaie um grande debate também sobre as próprias estruturas fundamentais da Nação.

Constituinte Cunha Bueno, 4º-Secretário da Câmara dos Deputados.

EXPEDIENTE

JORNAL DA CONSTITUINTE — Veículo semanal editado sob a responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

MESA DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE:

Presidente: — Ulysses Guimarães; 1º-Vice-Presidente — Mauro Benevides; 2º-Vice-Presidente — Jorge Arbage; 1º-Secretário — Marcelo Cordeiro; 2º-Secretário — Mário Maia; 3º-Secretário — Arnaldo Faria de Sá. Suplentes: Benedita da Silva, Luiz Soyer e Sotero Cunha.

APOIO ADMINISTRATIVO:

Secretário-Geral da Mesa — Paulo Affonso Martins de Oliveira
Subsecretário-Geral da Mesa — Nerione Alves Cardoso
Diretor-Geral da Câmara — Ademar Silveira Sabino
Diretor-Geral do Senado — José Passos Pôrto

Produzido pelo Serviço de Divulgação da Assembléia Nacional Constituinte.

Diretor Responsável — Constituinte Marcelo Cordeiro
Editores — Alfredo Obliziner e Manoel Vilela de Magalhães.

Coordenador — Daniel Machado da Costa e Silva
Secretário de Redação — Ronaldo Paixão Ribeiro
Chefe de Redação — Osvaldo Vaz Morgado
Chefe de Reportagem — Victor Eduardo Barrie Knapp
Chefe de Fotografia — Dalton Eduardo Dalla Costa
Diagramação — Leônidas Gonçalves e Felipe Queiroz
Ilustração — Gaetano Ré

EQUIPE:

Maria Valdira Bezerra, Henry Binder, Paulo Domingos R. Neves, Carmen Vergara, Ana Beatriz Mendes Cleto, Regi-

na Moreira Suzuki, Juarez Pires da Silva, Maria de Fátima J. Leite, Ana Maria Moura da Silva, Júlio César Roffé, Antônio Lopes Batista, Vladimir Meireles de Almeida, Maria Aparecida C. Versiani, May Wolf, Marco Antônio Caetano, Maria Romilda Vieira Bomfim, João José de Castro Júnior, Eurico Schwinder, Itelvina Alves da Costa, Luiz Carlos R. Linhares, Reinaldo L. Stavalle, Benedita Rodrigues dos Passos, Humberto Moreira da S. M. Pereira, Miguel Caldas Ferreira, Clovis Senna, Paulo Roberto Cardoso Miranda, Eduardo Augusto Lopes e Nelson Maranhão Neto.

Composto e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal — CEGRAF

REDAÇÃO: CÂMARA DOS DEPUTADOS — ADIRP — 70160 — Brasília — DF — Fone: 224-1569 — Distribuição gratuita

Sistematizar não significa evitar todos confrontos



Serenidade. Esta será a principal arma que o Senador Afonso Arinos de Melo Franco vai usar na Presidência da Comissão de Sistematização. Ele não tem dúvidas de que a emoção tomará um grande espaço nos debates. Já pôde sentir isso durante a fase das Subcomissões e das Comissões Temáticas. Melhor que ninguém ele conhece esse processo de "dramatização".

Nasceu respirando política. É político por parte de pai e de mãe. Aos 82 anos pode orgulhar-se de ter testemunhado os mais importantes acontecimentos da história política contemporânea, até porque participou da maioria deles.

"Não é um velho", como disse o memorialista Pedro Nava, em seu *Círio Perfeito*. "É apenas um homem idoso entregue ao que ele próprio chama "solidão povoada".

Remanescente de uma geração de combativos humanistas, Afonso Arinos chega agora à Presidência da Comissão de Sistematização animado pelo espírito conciliador. "Transação para a Transição", este é o seu lema. E é com o que pretende acalmar os exaltados ânimos das várias correntes que se defrontam na Constituinte.

Nesta entrevista ao *Jornal da Constituinte* — concedida num rápido intervalo entre reuniões com o Relator Bernardo Cabral, seus adjuntos e auxiliares — Afonso Arinos não revela decepção, mas também não se acende em entusiasmo. Preferia mais debates em torno de idéias do que sobre o imediatismo da conjuntura.

Preferia também que seu anteprojeto, elaborado com a colaboração de intelectuais, empresários, trabalhadores de todas as tendências e credos, na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, criada pelo nº 91.450, de 18 de julho de 1985, tivesse sido enviado pelo Presidente José Sarney para servir de base para o trabalho constituinte. Mas está certo de que na prática isto está ocorrendo. Não há um só constituinte que não tenha cópia do seu projeto. Brilhante mestre de Direito Constitucional, ele agora não se importa que os seus discípulos "colem". Ao contrário, fica muito envaidecido.

Arinos: Um projeto inicial teria evitado conflitos

JC — Na entrega do Anteprojeto da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, o senhor pronunciou uma frase que comporta esperança e ao mesmo tempo uma advertência: "Que a mudança brasileira de agora será muito mais breve, ou não será". O senhor acredita que se a Constituinte falhar teremos uma ruptura institucional?

Afonso Arinos — Eu não tinha uma intenção assim catastrófica. Eu dizia que era a oportunidade das mudanças e que através de uma lei constitucional ela se faria, mas que não sendo agora, a transição para a mudança institucional, de que carecemos, não se faria, seria uma evolução muito mais longa. Através de um texto constitucional inoperante não há mudança.

JC — E hoje, diante do trabalho já feito nas Subcomissões e Comissões, qual é a sua expectativa? Diante dessas questões, dos grandes contrastes, da grande diversidade que se transformou o País, a sua sensação é de esperança, de alguma frustração?

Afonso Arinos — São duas perguntas. A primeira geral, a segunda particular. Uma que fala do texto já aprovado, que diz respeito às carências que esse texto encerra em face da situação geral. Eu diria que o texto, a meu ver, possui muitas das definições exigidas pela

mudança, mas não dispõe de muitas soluções correspondentes a essas exigências. O Legislador definiu mas não resolveu, até agora. Isso, parece-me, corresponde ao fato a que me tenho referido mais de uma vez, de não ter havido um texto prévio sobre o qual a Constituinte tivesse oficialmente se apoiado. É a primeira vez que isso acontece na História Constitucional do Brasil. Todas as Constituintes que nós tivemos dispuseram de um texto prévio. É claro que essa disponibilidade correspondia às condições da época, e muitas vezes era um texto redigido por uma só pessoa. No caso da Constituinte de 1823 foram três pessoas. Muitas vezes redigida por um grupo reduzido. No caso da Constituinte de 1891, foram cinco membros, entre os quais Rui Barbosa. Em 1934 a incidência foi bem mais alargada, mais correspondente às necessidades que então poderiam ser consideradas as de base, através daquela Comissão que foi presidida pelo meu pai. No caso da Constituinte de 1946, a própria Assembleia indicou o texto da Constituição de 34, como sendo o projeto. No caso de hoje não precisava ser o projeto da Comissão da qual participei, mas um estudo prévio.

JC — Por que o projeto da Comissão que o senhor presidiu não foi enviado à Constituinte?

Afonso Arinos — A minha impressão é que o Presidente Sarney não aceitaria a solução Parlamentarista. Ele nunca disse isso para mim, mas a minha impressão pessoal foi essa. O óbice, o impedimento, o obstáculo, foi que nós intentávamos pelo Parlamentarismo, que acabou vencendo, apesar de não ter sido enviado.

JC — O senhor previa que o projeto não seria enviado. No ato de entrega ao Presidente Sarney o senhor disse que "indo ou não indo à Constituinte, o inevitável é que ela o absorva como um dos seus mais importantes documentos de consulta".

Afonso Arinos — É, e serviu o tempo todo. Até hoje. Não estou defendendo o projeto. Seria uma coisa pueril. Mas estamos tentando fazer um texto comparativo para ver o que é que hoje existe que veio do nosso projeto. É um fato. É só acompanhar, pois em todas as questões existe sempre uma esperança. A razão pela não aceitação do projeto não foi apenas do Presidente, mas pelos militares. Tudo isso era muito mais tenaz e determinado do que é hoje. Eu assim considero porque o que se deu na Constituinte não foi a vitória do Parlamentarismo, foi a derrota do Presidencialismo. Afinal, o País constatou no fim de cem anos que era um regime que não era aplicável. Nunca foi porque

faltava essa marca definitiva do sistema americano, que é a influência da Suprema Corte. O sistema americano é um sistema dualista. Tem o Poder Executivo e o Poder Judiciário. No Brasil o Poder Judiciário começou no Governo de Floriano Peixoto, que queria prender os Ministros do Supremo Tribunal Federal. Daí por diante foi o que se viu... O que tem sido — não estou fazendo qualquer restrição a pessoa, a membros do Supremo Tribunal Federal, mas sua função nunca existiu. Nos Estados Unidos existem cem volumes, com centenas de páginas cada um, só de jurisprudência da Suprema Corte sobre matéria constitucional. Onde é que está isso aqui?

JC — O senhor já considera consolidada a tendência ao Parlamentarismo?

Afonso Arinos — Eu não considero já consolidada, mas considero certa. São duas coisas diferentes...

JC — Como o senhor vê o confronto que vem ocorrendo até agora sobre temas polêmicos como o capital estrangeiro, a reforma agrária, reserva de mercado, domínio dos meios de comunicação? Como acompanha o confronto ideológico em relação à feitura de uma Carta que sirva ao Brasil moderno, de hoje e do futuro?

Afonso Arinos — Esse é um

ponto complicado. Não somente existe esse confronto entre as tendências, mas existem contradições dentro dos dispositivos. São alguns dispositivos que correspondem ao que vocês chamam de um Brasil moderno; outros dispositivos que correspondem ao que vocês qualificam como Brasil de ontem. De maneira que é uma contradição dentro de si mesma, não é que o projeto incompleto seja contraditório para o nosso tempo; ele tem partes em que é correspondente e partes em que é contrário, dependendo dos acasos da formação das Comissões Temáticas e da presença influente de certos elementos dentro delas. Não poderemos corrigir isso. Não está na competência da Comissão de Sistematização e nem em suas mãos harmonizar esses conflitos. Eles não são nossos; são da própria feitura, da maneira como a Carta foi feita, até agora. Um projeto prévio, primitivo, inicial, teria evitado esse confronto. Vejamos um caso. Desde a Constituição de 1891 temos dispositivos extremamente salutar sobre a divisão territorial. De repente aparece uma comissão de três pessoas, três senhores, que representam a tendência divisionista que era majoritária, então se entra com um capítulo da Constituição. Você está sentin-



do o que eu dizia há pouco: a falta de um plano inicial.

JC — Recentemente o senhor falou que a pressão seria determinante sobre os trabalhos da Constituinte teria um papel determinante. Nessa referência estão incluídas as ações dos lobbies e a participação das galerias?

Afonso Arinos — Talvez não tenha me expressado bem quando disse que a pressão seria determinante. De qualquer forma a participação se opera instantaneamente e impressiona por sua dramaticidade. 40 mil pessoas juntas e você acha que é uma pressão popular muito forte. Tive na cidade do Rio de Janeiro setecentos mil votos. Cito isso para dar uma idéia de como isso é ilusório. O que me parece importante para o Brasil é que nós marchemos para um processo de democracia direta, então, a participação será de milhões de pessoas, serão os referendos, serão as formas que os americanos chamam de *recall*, serão as iniciativas populares das leis, e outras. Hoje, o que está dando a impressão é de um movimento participativo muito grande. Mas por

dicas. Não será por isso que alguns setores se autodenominam “progressistas” estão tentando fazer uma Constituição imensa, temendo que na legislação ordinária nada venha a acontecer?

Afonso Arinos — Não existe tradição do cumprimento da lei; isso implica também que não existe a tradição de se cumprir uma lei constitucional. Não há mecanismo capaz de fazer com que ela seja aplicada com maior eficácia do que numa lei comum. De maneira que o que existe hoje — é uma coisa corrente — não apenas no Direito Constitucional, mas na Sociologia, na Política, é que a participação do Estado na sua configuração tradicional e clássica, é uma forma de organização da superestrutura do poder; quer dizer, os órgãos do Poder, o inter-relacionamento entre esses órgãos, as limitações de sua competência, mas isso não é mal da Constituição. Estamos atravessando hoje no Brasil uma fase que a Europa atravessou há cem anos. A Revolução de 1948, na França, foi uma revolução social típica. Foi uma vaga que atravessou a Europa. Hoje,

— Estou no período mais fecundo da minha vida. Meu retrato moral é de uma figura dentro da sua biblioteca.

— Escrever memórias é libertar-se, é fugir. Temos dois terrores: a lembrança do passado e o medo do futuro. Pelo menos um — a lembrança do passado — é anulado pela catarse de passá-la para o papel.

— Não me sinto de centro. Eu não gosto desse negócio de centro porque considero o mesmo uma espécie de domínio, de pierrô da direita. Posso me qualificar como um liberal... O meu liberalismo é tendência para compreender todos os movimentos da história que escapam à política estabelecida e às regras jurídicas e científicas acertadas.

— Sou hoje católico por uma sensibilidade que se arinou. Não fui procurar a religião nos livros, mas na humildade.

— Eu sou um homem solitário, desde menino...

(Depoimentos colhidos por Pedro Nava, em *O Círio Perfeito*, Ed. Nova Fronteira, 1983.)

bretudo, da confrontação atômica, o caminho do Direito é pela liberdade e não pela ideologia autoritária. A liberdade deixou de ser uma reivindicação individual para tornar-se a libertação.

JC — Então, é um imperativo dos novos tempos...

Afonso Arinos — Sim. A libertação é um imperativo de grupos cada vez maiores da sociedade. Não é mais apenas a reivindicação do indivíduo. Até nas Nações Unidas ninguém mais fala sobre os direitos do indivíduo, mas sim do direito dos homens. O homem é um ser gregário que pertence a um tipo de convivência que deixou de ser defendido por pessoa, passou a ser defendido por classe. Gostaria de poder discutir isso na Constituinte, mas infelizmente só posso conversar sobre temas como esses com amigos no Rio de Janeiro. Isso é uma coisa estranha.

JC — O senhor sente algum tipo de decepção com o clima que encontra na Constituinte. Como um humanista, sente-se uma entidade meio perdida dentro desse universo?

Afonso Arinos — Não é decep-

Afonso Arinos — Sim. Mas isso vai ficar muito caro. Vai ser como uma nova eleição. É preciso muito cuidado na preparação de um referendo tanto pela Justiça Eleitoral como pelos Partidos. Não basta dizer apenas “sim” ou “não”, é preciso que ele seja matizado.

JC — Se a resposta for simplesmente “não”, como resultado emocional da conjuntura, o que pode acontecer?

Afonso Arinos — Isso para mim será uma coisa muito séria. Se ocorrer o “não”, esse intervalo entre o resultado do “não” e um novo texto... Há muitos candidatos a ocuparem esse intervalo.

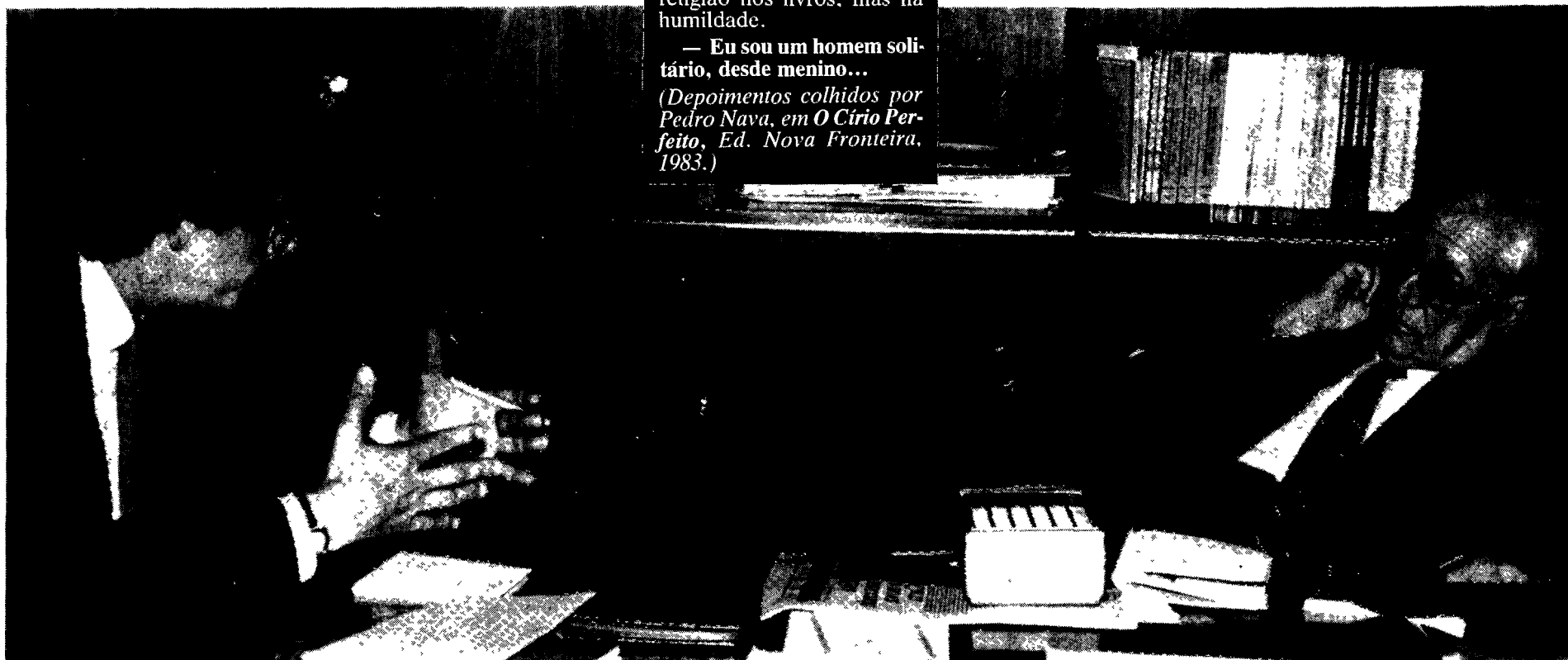
JC — Há muitos candidatos...

Afonso Arinos — É. Isso eu acho perigoso. Muito perigoso. Acho que um referendo deve ser feito com muito cuidado. Na França ocorreu isto. O referendo acabou com a Constituição, simplesmente fizeram uma outra Constituinte. Aqui seria uma parada.

JC — Quem sabe uma parada militar, de novo.

Afonso Arinos — Não sei.

JC — O senhor tem falado em “transação para a transição”.



O Presidente da Comissão de Sistematização fala ao *Jornal da Constituinte*

ele não estar organizado no texto constitucional se opera como num teatro. É o que se vê numa ópera de Wagner, onde se a representação de reis, onde três ou quatro pessoas dão tanta dramaticidade que eleva a impressão de que há uma presença gigantesca. Não devemos nunca confundir a participação com a representação. Quatrocentas pessoas numa galeria impõe grande dramaticidade, mas não tem importância nenhuma.

JC — Qual a disposição do senhor para enfrentar esse tipo de situação que foi comum nas fases anteriores, quando os Presidentes foram muitas vezes acudados pelo Plenário?

Afonso Arinos — Bem, eu não tenho previsão sobre isso porque as previsões não competem a mim. Competem ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte e aos serviços administrativos da Casa. Eu não tenho nada com isso.

JC — Muitas pessoas entendem que não existe no País uma tradição de obediência às normas jurí-

estamos atravessando essa fase sem as surpresas que eles tinham. Hoje vivemos um processo de dilatação das atribuições do Estado e de dilatação das reivindicações da sociedade. Quer dizer, o Estado deixou de ser o protetor; o indivíduo deixou de exigir apenas a proteção do Estado, no tocante às garantias de sua pessoa.

JC — Um exemplo desse procedimento?

Afonso Arinos — Seria a Igreja. A Igreja no século passado era o símbolo da resistência a esses movimentos, hoje a Igreja é o símbolo da adesão a esses movimentos. Entendo que isso é fatal. Ou isso se regula em paz e juridicamente ou as perturbações são constantes, porque é uma pressão...

JC — Logo depois de 1964, ao fazer uma avaliação do seu partido, a UDN, o senhor observou que sua agremiação se desmanchava em função de um problema sociológico e não de um problema de ação política. Na oportunidade o senhor usou a ex-

pressão “legalismo antijurídico”, que no caso era o Bacharelismo. Em vista das terríveis contradições, as profundas distâncias sociais do Brasil de hoje, todo esse movimento em torno da Constituinte não poderia merecer a mesma crítica?

Afonso Arinos — Empregada no tempo, “legalismo sem direito”, lei contra o direito. Esse era um problema muito versado nas Cadeiras de Filosofia de Direito que havia nas faculdades. A lei pode ser o contrário do Direito. Uma norma obrigatória pode ser o contrário do Direito, como ocorreu durante toda a ditadura militar no Brasil. Tenho muita vontade de fazer isso, de mudar isso, mas já estou velho, bem cansado, chateado, mas tenho vontade de mudar isso tudo que está invertido. Há uma boa oportunidade de voltar ao que pareceu o liberalismo formal, diante da experiência desses últimos tempos, de voltar à idéia de que o Direito pode ser alcançado mais pela liberdade do que pela autoridade. Diante, so-

ção não. É surpresa. O pessoal está muito angustiado com esses prazos fatais. Seria importante que se pudesse alimentar um debate mental indiferente ao processo. Esse clima de debate intelectual não se vê aqui.

JC — Seria em função da predominância de interesses pessoais ou a busca de soluções imediatistas?

Afonso Arinos — Não digo pessoais. Não digo interesses que são muito justos, que são interesses políticos, partidários, eleitorais, ligados à idéia de cumprimento de deveres nacionais e essa coisa toda. Refiro-me ao debate das idéias gerais. É o que falta para o Brasil. Precisamos criar uma instituição; vamos acabar criando um instituto.

JC — O que pensa o senhor de um referendo para o texto final da nova Carta?

Afonso Arinos — Eu acho muito bom.

JC — O senhor defenderá a idéia do referendo popular?

Com toda sua herança udenista, o senhor vai tentar ser um conciliador como Presidente da Comissão de Sistematização?

Afonso Arinos — Não. Não vou tentar porque não tenho prestígio para isso.

JC — Mas se o senhor for chamado diante de eventuais confrontos?

Afonso Arinos — Mesmo assim não. A Comissão não tem condições de mudanças. Ela não pode mudar os textos que recebeu. Ela pode, na conciliação desses textos, inovar certas coisas, e sobretudo criar para a Assembleia Nacional Constituinte a impressão de que ela própria deve inovar. Isso pode ser e espero que seja pela conquista. Mas eu não sei qual será a atitude do pessoal mais duro, mais radical lá dentro. Não sei se eles ajudarão, porque essa Comissão só não pode é cair na confrontação, porque ela é feita para acabar com a confrontação. A finalidade dela é essa. Mas não se pode prever nada...



Para compatibilizar mais de duas mil propostas vindas das Comissões Temáticas, o Relator da Comissão de Sistematização, Constituinte Bernardo Cabral, teve a ajuda de oito relatores auxiliares. Tudo isso foi feito num prazo aparentemente impossível — 11 dias (15 a 26 de junho). Resultado: um anteprojeto “enxugado” para cerca de 500 dispositivos



Os relatores auxiliares reunidos. — São eles: Vivaldo Barbosa (PDT — RJ), Renato Vianna (PMDB — SC), Antoniocarlos Konder Reis (PDS — SC), Joaquim Bevilacqua (PTB — SP), Virgílio Távora (PDS — CE), Nilson Gibson (PMDB — PE), Sandra Cavalcanti (PFL — RJ) e Adolfo Oliveira (PL — RJ)

Entendimento, peça fundamental

Coordenador dos relatores auxiliares que ajudaram o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, na elaboração do anteprojeto, que, depois de emendado, será submetido à deliberação do Plenário. O Constituinte Adolfo Oliveira, Líder do PL, defende o entendimento como indispensável ao êxito da Assembleia Nacional Constituinte, advertindo que “todas as vezes que as posições se radicalizaram, o resultado foi péssimo”. Ele sustentou a defesa do monopólio estatal do petróleo como imprescindível ao País, a reserva de mercado para a informática, por um limite determinado de tempo, a reforma agrária, respeitadas as propriedades atualmente produtivas, a atribuição às Forças Armadas do papel de mantenedoras da ordem e da segurança nacional, externa e internamente e a limitação da definição da empresa nacional para somente aquelas que têm aqui sua sede e forem de propriedade de brasileiros.

O representante fluminense disse ainda que a Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo desenvolveu um trabalho exemplar de entendimento e negociação, e os resultados alcançados no seu âmbito foram altamente positivos.

PONTOS DE CONFLITO

Adolfo Oliveira acredita que a divergência mais profunda é que exigirá mais habilidade e competência nas futuras negociações en-

tre as diversas correntes políticas em Plenário será a criada pelo confronto entre o novo programa da Ordem Social e o sistema tributário proposto pela Comissão Temática que tratou da matéria. Segundo afirmou, “o último privilégio as prefeituras e os governos estaduais que receberiam a maior soma de recursos, enquanto o primeiro, que assinalou excelentes progressos no campo social, terá que disputar os recursos que são, fundamentalmente, os mesmos”.

Uma questão em que o parlamentar antevê a ocorrência de futuras divergências é a da carga horária semanal de trabalho, que ficou estabelecida em 40 horas. Conforme explicou, é possível que alguns dispositivos incluídos na lei propiciem subterfúgios que acabaram por tornar a medida ineficaz.

O Deputado Adolfo Oliveira divergiu do anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica, no capítulo referente à definição de empresa nacional. No seu entendimento, tanto a proposta formulada pelo relator da Comissão, Constituinte Severo Gomes, como a que finalmente prevaleceu no anteprojeto, são lacônicas quanto à questão, deixando brechas para a ampliação do conceito de empresa nacional. Ele afirmou que, apesar de não ser xenófobo e aceitar a presença das empresas estrangeiras no País, “desde que não se apresentem travestidas de empresas brasileiras” defende um tratamento diferenciado para elas que não lhes permita disputar os inves-

timentos destinados à empresa nacional. O Líder do Partido Liberal considerou a proposta de Severo Gomes pior do que a aprovada pela Comissão.

Outra questão polêmica que foi preservada pela Comissão de Sistematização — a da reserva de mercado para a indústria da informática — foi defendida pelo coordenador do grupo auxiliar de relatores, só que com a ressalva de uma limitação de tempo em que, expirado o prazo estabelecido em lei, “que poderia ser de cinco anos”, as empresas estrangeiras poderiam voltar a atuar na área para que, segundo acentuou, o País não se veja privado da importação de nova tecnologia. Com relação a outras áreas em que as empresas nacionais poderiam ser favorecidas pela reserva de mercado, Adolfo Oliveira destacou que o caso da indústria da química fina “é um caso que ele vai estudar”.

Por outro lado, no capítulo que trata das Forças Armadas, o anteprojeto da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher foi preservado pelo relator da Comissão de Sistematização e mantém no texto da nova Carta o mesmo papel atribuído atualmente a elas. Na opinião do parlamentar, este capítulo deve permanecer como está, pois, conforme acentuou, “vivemos num país em que a própria Justiça Eleitoral requisita o Exército para defender e assegurar as nossas eleições livres”.

CONTRA BRIZOLA E SARNEY

Em relação à proposta aprovada pela Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que adotou o sistema parlamentarista de Governo, o Líder do PL acentuou que não é favorável à idéia “como solução de conjuntura”. Para ele, que ressaltou a independência de sua bancada em relação ao assunto, existem três diferentes categorias de parlamentares na chamada maioria parlamentarista de constituintes: “os parlamentaristas por convicção, respeitáveis pelo seu posicionamento; os políticos que estão com medo do Governador Leonel Brizola; e, finalmente, os políticos que não gostam do Presidente José Sarney”. “Dessa composição — disse ele — é difícil se tirar alguma coisa válida”.

Adolfo Oliveira sustentou ainda que a Assembleia Nacional Constituinte não deve se envolver na crise conjuntural por que passa o País. “Acho que a vida geral do Brasil reclama um entendimento. Nós lutamos durante vinte anos pela volta do poder civil e pela democracia plena. E não creio que as dificuldades que enfrentamos, que são profundas, sejam insuperáveis” — acentuou. Conforme sustentou, o Partido Liberal, por não fazer parte do Governo e também não se colocar radicalmente na Oposição, poderia servir como intermediário para um entendimento político na Constituinte.

Na questão referente às concessões dos canais de rádio e televisão, que atualmente são da atribuição exclusiva do Presidente da República, o anteprojeto da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação ampliou a competência do poder concessionário ao Congresso Nacional. A proposta da Comissão, que foi relatada pelo Deputado Artur da Távola (PMDB — RJ) não alcançou, contudo, as várias concessões atualmente em processo de regulamentação, pois o Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, quando em visita à Casa, foi instado a suspender as mesmas, manifestando-se contrariamente ao pedido feito pelo relator nesse sentido.

Para Adolfo Oliveira, com relação ao problema das concessões de rádio e televisão, “quem precisa falar em primeiro lugar é o usuário”. Ele entende que deve haver liberdade de criação e, por isso, não gostaria de ver o Estado intervindo no assunto. Nesse sentido, sustenta que as concessões sejam feitas com o pronunciamento do Congresso Nacional.

O Líder do PL não vê as atuais empresas de comunicação existentes no País, tais como a Rede Globo, a Rede Manchete ou a Rede Bandeirantes como monopólios no setor das comunicações, e defendeu concessões de canais de rádio ou televisão para as universidades brasileiras, que poderiam, a seu ver, contribuir para a formação de profissionais competentes.



A marcha promovida pela UVB sensibilizou os Constituintes, que acorreram ao debate com os vereadores

Vereadores pedem Carta avançada

Durante três dias, vereadores de todos os Estados brasileiros participaram da "Marcha por uma Constituinte Democrática e Progressista", com debates em comissões de estudos e plenárias, no auditório "Petrônio Portella", no Senado Federal, em Brasília. A promoção do encontro, que contou com a participação de mais de 700 políticos municipais, foi da União dos Vereadores do Brasil-UVB, que entregou a "Carta de Brasília" ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, em solenidade que contou com a presença do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, além de representantes das lideranças dos partidos políticos.

A "Carta de Brasília" coloca a posição dos vereadores brasileiros, que "reafirmam aos constituintes e à Nação o seu compromisso na conquista de uma Constituição verdadeiramente democrática e progressista". Ao receber a carta e o relatório final dos trabalhos, o deputado Ulysses Guimarães reiterou a disposição de ver o Brasil "com uma Constituição progressista, democrática e moderna, que atenda ao atual momento da vida nacional". O relator, Bernardo Cabral, comentou alguns tópicos da "Carta de Brasília", informando que todas as sugestões que constam no relatório serão vistas durante a discussão para elaborar o texto final da Constituição, em sua Comissão.

ESTUDOS

Representantes de quase 200 câmaras municipais do País participaram, durante os três dias, de comissões de estudos em cima do texto constitucional oriundo das comissões temáticas, apresentando à Nação. Os vereadores garantiram que não se apartarão de seus comitês, "esperando o mesmo dos constituintes, para que possamos construir a nova Nação brasileira". Os vereadores entendem que "a atual fase do processo constituinte é decisiva para garan-

tir o avanço e as mudanças" e pretendem se incorporar, através das câmaras municipais, das uniões estaduais e de sua entidade maior, a União dos Vereadores do Brasil-UVB, na campanha das emendas populares, conclamando a uma ampla participação popular nas assinaturas dessas emendas.

O vereador Paulo Silas (Taboão da Serra-SP), presidente da UVB, disse que "agora a recomendação é a de que todas as câmaras — são mais de 4 mil em todo o País — mobilizem os 47 mil vereadores e enviem requerimento solicitando o apoio dos constituintes ao relatório aprovado na plenária final da "Marcha dos Vereadores do Brasil". O documento, como disse, reafirma aos constituintes e à Nação a decidida disposição de acompanhar as votações na Assembleia Nacional Constituinte em caravanas de vereadores de todo o Brasil a Brasília, nos momentos oportunos, envidando todos os esforços para assegurar posições vantajosas ao povo com a conquista de soluções avançadas para o País nos campos do desenvolvi-

Uma Constituição que seja verdadeiramente democrática e progressista é o que estão reivindicando os vereadores brasileiros. Mais de setecentos deles, representando cerca de 200 Câmaras Municipais, estiveram reunidos durante três dias no auditório "Petrônio Portella", do Senado Federal, em marcha promovida pela União dos Vereadores do Brasil. O encontro serviu de oportunidade a um debate direto com os constituintes, inclusive com o próprio presidente da ANC, deputado Ulysses Guimarães. Os vereadores produziram uma "Carta de Brasília" na qual defendem, entre outros pontos, a convocação de eleições gerais, diretas, já em 1988. O documento foi entregue ao relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral.

mento econômico, político, social e cultural.

Outro destaque da "Carta de Brasília" está no posicionamento frontal contra a prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores. "Os vereadores também conclamam todos os democratas a, promulgada a nova Constituição, eleger, por voto direto, em 1988, o futuro Presidente do Brasil". E considera ainda que "os interesses da maioria do povo brasileiro estão prejudicados pela interferência na Assembleia Nacional Constituinte das forças conservadoras e dos que detêm o poder político e econômico no País".

Como princípios básicos, o documento aprovado firma posição em relação "à verdadeira soberania e independência nacional, às liberdades democráticas e aos direitos econômicos, políticos e sociais dos cidadãos brasileiros". E coloca a necessidade de "uma reforma agrária e uma reforma urbana que contemplem os interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro".

Especificamente com relação ao município, defende "a imunidade e a inviolabilidade parlamentar em todo território nacional; uma reforma tributária que devolva aos municípios brasileiros o que lhes pertence de direito; a retomada de prerrogativas para legislar sobre matéria administrativa, financeira, orçamentária e tributária; o direito de formular as políticas municipais e de elaborar as leis orgânicas municipais; o sistema do voto proporcional; e o mandato de quatro anos para prefeitos e vereadores".

SUGESTÕES

Ao lado dos vereadores, deputados e senadores participaram dos debates nas comissões de estudo que examinaram as conclusões dos relatórios das comissões temáticas. O relatório final da marcha foi entregue à Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. Entre as sugestões, destaca-se a que propõe o fim do presidencialismo no Brasil e o estabelecimento de uma forma de Governo de co-responsabilidade do Executivo e do Legislativo.

A UVB apresentou ainda, para constar no capítulo das Disposições Transitórias, proposta a favor da convocação de eleições diretas em 1988 para presidente da República, prefeitos e vereadores. Incluiu, também, uma sugestão para a fixação do mandato de senador em quatro anos. O transporte coletivo passa, pela sugestão da UVB, a ser um direito do cidadão e um dever do Estado, não podendo ultrapassar a despesa individual do cidadão com transporte coletivo urbano 6% do salário mínimo. Várias sugestões foram apresentadas com relação à autonomia municipal, com a democratização do poder local. Também foram aprovadas várias moções, entre elas uma denunciando a violência e a impunidade que vitimaram, recentemente, os políticos e advogados trabalhistas Evandro Cavalcanti, vereador de Surubim — PE, e Paulo Fontelles, ex-deputado do Pará.



Um auditório lotado ouviu as afirmações do presidente da ANC, Ulysses Guimarães

A sociedade vai à Constituinte

No dia 12 de agosto a Comissão de Sistematização da Constituinte deverá receber uma batelada de no mínimo 40 propostas de normas constitucionais oriundas dos movimentos populares. Esse é o número de sugestões já notificadas à Articulação Nacional de Entidades e ao Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte da Universidade de Brasília (CEAC-UnB), que estão centralizando a coleta dessas propostas. Para 17 de julho, está programado o Dia Nacional de Mobilização e Coleta de Assinaturas das Emendas de Iniciativa Popular. Cada proposta deve contar com no mínimo 30 mil assinaturas de eleitores, para ser levada ao Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

A campanha nacional de apoio às emendas populares foi lançada em Brasília no dia 16 de junho, mas o movimento maior será no Dia Nacional de Mobilização (17 de julho), quando serão realizadas atividades públicas de coleta de assinaturas, atos públicos, debates e shows em todo o Território nacional. Toda esta movimentação é coordenada pela Articulação Nacional de Entidades para a Mobilização Popular na Constituinte, integrada por 56 entidades, incluindo associações de classe, centrais sindicais, federações, confederações, universidades, comitês, partidos políticos e outras formas de organização.

Com base na tradição conservadora das Constituintes, a Articulação acredita que uma Constituição progressista só será possível se houver uma ampla mobilização popular e a apresentação de sugestões originadas diretamente das instituições da sociedade civil.

O ex-deputado João Gilberto Lucas Coelho, secretário-executivo do CEAC, entende que a luta e a mobilização popular são importantes para que avancem as conquistas sociais na futura Constituição. Acredita, porém, que, embora importante, não é fundamental o comparecimento dos setores populares a Brasília para pressionarem os constituintes através de manifestações nas galerias do Congresso.

João Gilberto acha mais produtivo que as mobilizações ocorram nos estados, as bases políticas dos parlamentares. Grandes comícios e manifestações de massa nos estados produzirão um efeito mais direto sobre os parlamentares eleitos naquelas regiões que a concentração em Brasília.

O fato de todas as emendas populares serem patrocinadas pelas duas entidades que coordenam o movimento não implicam em que elas estejam articuladas como um conjunto, nem que haja conflito entre elas. Pelo menos em um caso (a definição de recursos para a Educação) há propostas que são excludentes.

O Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito propõe que todas as verbas públicas sejam destinadas, exclusivamente, às instituições públicas de ensino e que o ensino público seja laico.

A Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), com o apoio de diversas outras entidades, procura garantir o direito ao amparo técnico e financeiro dos poderes públicos às entidades edu-

FORUM NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA CONSTITUINTE EM DEFESA DO ENSINO PÚBLICO GRATUITO				ENTIDADES INTEGRANTES: ANDE, ANDES, AMPAE, ANPEd, CPB, CEDES, CBT, CLT, PASADRA, OAB, SDFC, SEAF, UBR e UNE	
ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA COLETA DE ASSINATURAS				Nome: _____	
Nº: _____				Data: _____	
Nós, abaixo assinados, subscritores, nos termos do art. 24 do Regulamento de Assembleia Nacional Constituinte, a proposta de Emenda ao Projeto Constitucional, assinamos no anexo, sem prejuízo de alguma de suas leis já terem sido incorporadas ao Projeto.					
NOME (completo e legível)	Endereço	Município	Assinatura	DADOS IDENTIFICADORES DO TÍTULO ELEITORAL	
				Número	Zona
Carla Maria da Silva	Rua 100, nº 100	São Paulo	[Assinatura]	123456789	10
João da Silva	Rua 100, nº 100	São Paulo	[Assinatura]	123456789	10
...	...	...	...	...	...

Em cada proposta, nome, endereço e dados do título de eleitor

cacionais de natureza não lucrativa. A CNBB pretende ainda que, respeitadas a opção e a confissão religiosa dos pais ou alunos, o ensino religioso se constitua em componente curricular na educação escolar de 1º e 2º graus das escolas estatais.

Os assuntos abordados nas propostas populares são os mais variados: a convocação de eleições diretas para a Presidência da República em 1988; o reconhecimento das nações indígenas; o sistema eleitoral, o papel das Forças Armadas, as garantias de participação popular na administração pública, os direitos dos trabalhadores; a proibição de fabricação de armas nucleares; a ordenação da economia; as garantias do homem, da mulher e da liberdade religiosa; a ciência; a tecnologia; a comunicação; a dívida externa; a reforma urbana — entre outros.

Se aprovadas em plenário, essas emendas populares podem provocar uma verdadeira revolução. Em sua maior parte, são as mesmas propostas que foram rejeitadas nas comissões temáticas. Em muitos casos, essas emendas populares divergem entre si, já que são apresentadas por grupos e entidades com posições políticas bastante diversificadas. Mas isso não impede que todos trabalhem como o mesmo objetivo.

As divergências entre as entidades que integram a Articulação Nacional ficaram evidentes na última reunião realizada em Brasília. Apesar disso, elas demonstraram que sabem apurar as arestas o suficiente para manter a unidade do movimento. Na elaboração da Carta lida no lançamento da campanha nacional de apoio a emendas, por exemplo, os representantes dessas entidades tiveram que abrir mão de propostas próprias para garantir o consenso.

A questão das eleições diretas para a Presidência da República foi um tema bastante polêmico.

A participação direta do povo na Constituinte movimentou o País, 17 de julho será o Dia Nacional de Coleta de Emendas Populares ao anteprojeto da nova Carta.

O secretário de Política Sindical da CUT, Delúbio Soares, defendeu as "diretas já", se possível ainda em 1987, isto é, no máximo três meses após a promulgação da nova Constituição. Mas deixou de lado as especificidades de sua proposta para obter o consenso, já que outras entidades defendiam eleições em 15 de novembro de 1988. Todos aprovaram a proposta de "eleições diretas para Presidente", mas sem definir prazos.

Foi justamente Delúbio Soares quem lembrou aos representantes das entidades da necessidade do consenso naquele momento: "Não adianta querer passar propostas próprias que não obtenham consenso."

Ninguém nega a existência de divergências entre os integrantes da Articulação Nacional, mas também é evidente que os pontos convergentes são bem mais numerosos. O presidente do Conam confessa que está decepcionado com os primeiros resultados da Constituinte. Acha que isso vem ocorrendo justamente porque "os trabalhos têm-se dado à revelia do povo". Justamente por isso defende a participação popular nas votações em plenário. João Gilberto, do CEAC, entende que a

Constituição não pode ser feita às escondidas. Pelo contrário, tem que ser diante do povo. Ressalta porém ser importante ter consciência de que não se pode agredir fisicamente os constituintes. Mais importante que lotar um ônibus e ir para Brasília é uma manifestação de 50 ou 100 mil pessoas em São Paulo.

A presidente da UNE, Gisela Mendonça, alerta para o perigo de aprovação de uma Constituição que não atenda aos interesses do povo brasileiro. "Se isso ocorrer — frisa — essa Constituição será rasgada nas ruas". Mas ela acha que ainda há tempo para mobilizar o povo. "Essa Constituinte, apesar de suas falhas, foi resultado de muita luta do povo brasileiro, não podemos desistir agora," afirmou.

Seguem algumas das propostas já coligadas pela CEAC-UnB:

— Restabelece eleições diretas para Presidente da República e convoca eleições para 1988, fixando o mandato em quatro anos. A proposta visa, segundo seus autores, resgatar a legitimidade do chefe do Poder Executivo.

— Normatiza a execução da reforma agrária e da política agrícola e fundiária, determinando que ao direito de propriedade de imóvel rural corresponde uma obrigação social. O imóvel que não corresponder à obrigação social será arrecadado mediante a aplicação dos institutos da perda sumária e da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Fixa ainda a proposta que ninguém poderá ser proprietário, direta ou indiretamente, de imóvel rural de área, contínua ou descontínua, superior a 60 módulos regionais de exploração agrícola, ficando o excedente, mesmo que corresponda à sua obrigação social, sujeito a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

— Regulamenta o transporte

coletivo, classificando-o como um direito do cidadão e um dever do Estado. A despesa individual do cidadão com o transporte coletivo urbano não deverá ultrapassar 6% do valor do salário mínimo. O poder público cederá subsídio ao usuário do transporte coletivo nos seguintes termos: passe livre para idosos e tarifa especial, com desconto, para os operários, aposentados, inativos, desempregados, estudantes e pessoas deficientes. O transporte coletivo urbano é considerado serviço essencial, de responsabilidade do poder público municipal.

— Moradia Popular. A proposta prevê que o direito a moradia precede e predomina sobre o direito de propriedade. Diz ainda que o acesso à moradia digna e adequada é garantido a todos pelo poder público e, prioritariamente, aos trabalhadores assalariados de baixo rendimento. A dimensão da unidade habitacional deverá corresponder às necessidades básicas da família, garantindo-se um mínimo de 10m² de área útil por pessoa. A União deverá destinar anualmente no mínimo 15% de sua receita tributária para a implementação de programas de habitação popular.

— Questão nuclear. Esta proposta proíbe no Território nacional a instalação e funcionamento de reatores nucleares, exceto para fins científicos. Proíbe a implantação, fabricação e transporte de artefatos bélicos nucleares, competindo ao Presidente da República o fiel cumprimento desse dispositivo.

— Direito à comunicação. A proposta caracteriza a comunicação como um bem social e um direito fundamental da pessoa humana. A garantia de sua viabilização é responsabilidade do Estado. Todo cidadão tem direito, sem restrições de qualquer natureza, à liberdade de expressão e esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios. Fica criado um Conselho Nacional de Comunicação, onde estarão representadas as diversas entidades da sociedade, para conceder e regulamentar a concessão de canais de rádio e televisão.

— Direitos da família. Proposta que visa garantir a preservação da vida de cada pessoa, desde a concepção e em todas as fases de sua existência, não se admitindo a prática do aborto deliberado, de eutanásia e da tortura.

— Participação popular. Visa garantir a participação da sociedade, através do cidadão ou de entidades de classe, em todos os níveis da administração pública, exigindo plebiscito para adoção de medidas que atinjam a comunidade, ou facilitando ingresso de ação popular na Justiça contra atos danosos à coletividade.

— Nações indígenas. Reconhece a existência das nações indígenas, assume a condição de país plurinacional ao Brasil, e proíbe qualquer forma de discriminação, tornando-a crime inafiançável.

— Reforma urbana. Cria instrumentos que destinam a concentração da propriedade urbana ociosa e um imposto progressivo sobre a valorização imobiliária. Visa garantir moradia digna para todos aqueles que buscam as cidades para sobreviver.

Previdência na Constituição

Mais de 100 milhões de brasileiros estão vinculados, hoje, ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social. Para compor a receita do SINPAS, os trabalhadores contribuem com cerca de 86%, enquanto a União entra, apenas, com menos de 3%. A contribuição, que era estipulada em partes iguais pela Constituição de 1934, não encontra amparo na legislação vigente para essa proporcionalidade. Mais de 60% dos aposentados e pensionistas recebem um ou menos de um salário mínimo. Para uma população

de mais de 25% na zona rural, o SINPAS destina menos de 4% de sua receita.

Em 84, a Previdência dispendeu, em dólares, o correspondente a 28 bilhões de cruzeiros com 137 atendimentos no exterior, o equivalente a 15% da totalidade dos recursos repassados às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde para cobertura de mais ou menos 60 milhões de pessoas.

Neste mesmo ano estavam desativadas inúmeras instalações, recursos humanos e equipamentos próprios do INAMPS, ao

mesmo tempo em que pacientes eram encaminhados para serviços contratados. A ociosidade da rede própria, quanto às consultas ambulatoriais, era da ordem de 44% e a da rede hospitalar perto de 50%. Ainda em 84, o IAPAS celebrou 260 mil parcelamentos de dívidas, dos quais 160 mil eram inadimplentes. Setenta por cento desses parcelamentos, ao que tudo indica, foram celebrados com o objetivo de se obter a CND (Certidão Negativa de Débitos), com desfalques talvez irremediáveis. Em levantamento man-

Noventa por cento das necessidades da população brasileira no campo da assistência médico-hospitalar poderão ser atendidas com o uso de apenas 40 medicamentos, reduzindo a 20% a fabulosa soma que a população gasta com remédios atualmente. Tais medicamentos seriam fabricados em laboratórios brasileiros, devidamente conveniados com os Estados, sem embalagens sofisticadas e sem propaganda comercial, e seriam fornecidos, a preços reduzidos, aos postos de saúde dos Estados e municípios, às santas casas, e hospitais beneficentes com o objetivo de reduzir os custos de internamento.

Esta proposta, dentre outras apresentadas pelo constituinte Paulo Macarini (PMDB — SC), ex-presidente do IAPAS, voltará a ser defendida por ele na Comissão de Sistematização, assim como a de que a seguridade passe a ser um monopólio da União Federal, com incorporação de todas as instituições compulsórias ou complementares do País.

Para o representante de Santa Catarina, o monopólio estatal da seguridade viria aliviar a carga de despesas do Estado e promover o estabelecimento de um sistema único de aposentadoria, o que evitaria abusos. Defenderia ainda a própria sociedade dos engodos de seguros e montepios de tristes registros em nossa história previdenciária.

Profundo conhecedor da questão, Paulo Macarini acredita que o processo de democratização da Previdência Social se dará mediante a administração, a nível regional e a nível nacional, com a participação dos trabalhadores e dos empregadores. É imprescindível, a seu ver, também uma nova estrutura administrativa para que a Previdência alcance todos os municípios brasileiros e um plano de carreira e cargos capaz de motivar os seus servidores.

Ele é de opinião que a Previdência Social é perfeitamente viável em nosso País, desde que observados certos princípios, e que se crie em seu seio um "estado de espírito" de seriedade, honestidade e respeito pelo próximo, substanciando em ações que, vindas da cúpula decisória, se disseminem entre todos os que lidam com a saúde e a segurança social da Nação. Ao dar conta dos trabalhos que vem desenvolvendo na Assembleia Nacional Constituinte neste setor, declara: "A recuperação financeira da Previdência Social que ocorreu no exercício de minha presidência (do IAPAS), demonstrou a viabilidade desta entidade. Mas tenho a humildade suficiente de reconhecer que, no

campo dos benefícios e da assistência médico-hospitalar, há ainda um longo caminho a percorrer para que a Previdência Social transmita tranquilidade e um tratamento compatível com a dignidade humana". Nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte procurei apresentar sugestões e emendas visando a dois campos distintos: em benefício do trabalhador e de seus dependentes, e em defesa da entidade. Em benefício do trabalhador estão as que se referem à manutenção do poder aquisitivo da aposentadoria; recuperação do benefício defasado pelas leis de achatamento; proibição de qualquer benefício inferior ao salário mínimo; equiparação e equivalência nos benefícios a todos os trabalhadores urbanos e rurais; e o direito da dona-de-casa, que trabalha na cidade e no campo, de associar-se à Previdência e dela ter seus benefícios. Em defesa da en-

"Apenas 40 medicamentos resolvem as necessidades de 90% da população, o que representa uma economia de 80 por cento"

tidade, se situam as propostas determinando a contribuição em partes iguais da União, empregadores e trabalhadores, a responsabilidade solidária dos dirigentes das empresas pelo não-recolhimento das contribuições; a caracterização do não-recolhimento como crime de apropriação indébita inafiançável; atribuição aos dirigentes de empresas públicas da responsabilidade solidária pelos acréscimos decorrentes da falta de recolhimento das contribuições; e a não-permissão ao contribuinte em débito com o sistema de seguridade social de transacionar com os poderes públicos nem deles receber recursos de qualquer natureza".

PRIORIDADE NACIONAL

Embora longe de se enquadrar na satisfação das necessidades da sociedade brasileira porque oriunda de um princípio fechado e obscuro, a Previdência Social, agora, tende a ampliar a sua ação, corrigir os seus defeitos e transformar-se realmente numa prioridade nacional. A afirmação é do constituinte Jorge Ueque (PMDB — RS), para quem a Previdência Social é antes de tudo um instrumento do povo e não do Estado, daí

por que deverá ser dirigida não apenas pelo governo, mas também pelos empregadores e os trabalhadores.

Jorge Ueque também acredita na viabilidade da Previdência desde que a sua manutenção seja feita com percentuais distribuídos sobre o faturamento ou receita das empresas, sobre o módulo rural, sobre a contribuição do trabalhador, sobre o orçamento da União, Estados e municípios e ainda sobre os prognósticos lotéricos. Dessa maneira — explica o representante do Rio Grande do Sul — não só se amplia a receita da Previdência, como facilita a fiscalização, diminui a sonegação e proporciona a universalização da Previdência. Na opinião dele, é preciso separar, em termos constitucionais, a área de seguridade da área de assistência médico-hospitalar, porque, com aquela forma de manutenção sugerida acima, a Previdência vai permitir que a seguridade tenha sempre perspectivas de crescimento no seu caixa, o que não acontece atualmente, sendo a incidência apenas sobre a folha de salários. Se estes são comprimidos, achatados, e se cresce o índice de desemprego, conseqüentemente há um achatamento da receita previdenciária. E esta, conforme enfatizou, não pode ficar sujeita às contingências salariais, mas deve manter-se a salvo de crises de caixa e possibilitar, inclusive, a constituição dos Fundos de Previdência, hoje inexistentes.

NOVOS CÁLCULOS

Um dos mais importantes avanços da Previdência que a Constituinte deverá promover é, no dizer de Jorge Ueque, sem dúvida, a equiparação dos benefícios para os trabalhadores rurais e urbanos, assim como a equiparação entre aposentados e pensionistas. O representante gaúcho explica como serão, também, modificados os cálculos da aposentadoria (um outro grande avanço): estes cálculos serão feitos sobre os últimos 12 meses, ao invés de 36, como é atualmente, respeitando-se, contudo, a proporcionalidade dos últimos 36 meses, a se concretizar as tendências observadas na Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, presidida pelo constituinte José Elias Murad (PTB — MG) e que teve como relator o constituinte Carlos Mosconi (PMDB — MG).

"Nenhum aposentado ou pensionista receberá benefício menor que um salário mínimo, e os proventos dos aposentados serão na mesma proporção que os da atividade", assegura Jorge Ueque,

"O monopólio estatal da seguridade viria aliviar as despesas do Estado e criar o sistema único de aposentadoria"



para mostrar que a Constituinte está preocupada em que não ocorra aos aposentados o que sucedeu de 79 para cá. E informa que, nas Disposições Transitórias da nova Carta, deverá ser expresso o princípio que estabelece o valor real e original das aposentadorias e benefícios calculados em salários mínimos, com base no primeiro dia do seu recebimento. Isto quer dizer, por exemplo, que, quem ganhava 5 salários mínimos em 78, teve um decréscimo de 55% em seus proventos, ou seja, recebe agora apenas 2,4 salários mínimos, tudo como consequência da fraude da Previdência de 79 em diante. Agora, com os novos cálculos, o aposentado voltará a receber os 5 salários com que ele se aposentou àquela época, eliminando, assim, a defasagem que os seus proventos vêm sofrendo ao longo dos anos.

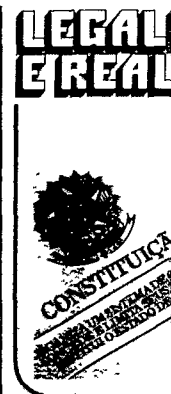
A Constituinte deverá manter — ainda segundo Jorge Ueque — a aposentadoria por tempo de



Jorge Ueque.



Arnaldo Faria de Sá



te: resgate de uma dívida

dado realizar pelo então presidente do IAPAS, em 85, constituinte Paulo Macarini, na Superintendência Regional do Rio de Janeiro, constatou-se a existência de estoques de determinados impressos para mais de um século. Também nesse ano, cerca de 200 mil processos de execução, em todo o País, da ordem de 10 trilhões de cruzeiros, eram postos em marcha pela presidência do IAPAS. Com a determinação de se rever todas as decisões administrativas que declararam insubsistentes as contribuições apuradas pela

fiscalização do IAPAS ou que reduziram ou relevaram multas, começou uma ampla campanha de moralização da Previdência Social e o estabelecimento de um "estado de espírito" de austeridade e responsabilidade.

Não só a consagração desse estado de espírito, mas também o resgate da dignidade humana, atingida num de seus aspectos fundamentais que é a saúde e o bem-estar, está sendo buscado pela Assembléia Nacional Constituinte. Direção colegiada da Previdência Social, contribuição mista (União,

trabalhadores e empresas), reposição das perdas reais de 79 para cá, igualdade de tratamento entre o aposentado e o pensionista, novos cálculos para a aposentadoria, limite de um salário mínimo para o menor valor da aposentadoria, extensão dos benefícios da Previdência ao homem do campo e isonomia dos benefícios, são algumas das posições avançadas que a sociedade brasileira deverá conquistar através de seus representantes no Congresso Constituinte.

"A Previdência Social agora tende a ampliar a sua ação, corrigir os defeitos e transformar-se em prioridade nacional"



rania da Nação, a grandeza do povo, é defender um instrumento de instrução às novas gerações. Como dizia um aposentado a um jovem líder sindical: "não se esqueça, eu sou você amanhã". Defender uma previdência social forte é defender, na realidade, a própria sociedade brasileira".

DISCRIMINATÓRIA

O caráter discriminatório da Previdência Social com relação ao aposentado e ao pensionista, tal como acontece hoje, permanecerá, embora de maneira mais suavizada, na opinião do constituinte Arnaldo Faria de Sá (PTB — SP). Conforme seu ponto de vista, nem a Constituinte vai conseguir diluir esta mancha de tal maneira imprevista em sua estrutura que os avanços ora conquistados não serão capazes de apagar. Segundo o representante paulista a "Previdência Social no Brasil, qualquer que seja o regime ou sistema de governo, lamentavelmente, vai dar um tratamento discriminatório ao aposentado. A Previdência Social no Brasil é usada eleitoralmente. Todos os ex-ministros dessa Pasta foram depois eleitos governadores de Estado, usando a máquina da Previdência, e eu não tenho dúvidas que o atual ministro também será candidato ao governo do seu Estado".

Afora esse aspecto, Arnaldo Faria de Sá alinha outras razões que desabonam o procedimento previdenciário: "A Previdência tem hoje em caixa 100 bilhões de cruzados e não paga os benefícios reajustados por lei aprovada pelo Congresso Nacional, retroativo a 1º de abril. Estranha-se que a Previdência Social alegue dificuldades de processamento quando o próprio governo tem um sistema de computação que processa os resultados da loteria e da loteria esportiva em apenas 12 horas, e o número de cartões é muito maior do que o de benefícios". Além disso — prossegue o representante de São Paulo — a Previdência não sabe reclamar em nome do aposentado e do pensionista o dinheiro que o INAMPS gasta e que deveria ser repostado pelo Ministério da Saúde, pois muitos serviços que o INAMPS presta não são da sua competência.

A exemplo do que tem feito constantemente no plenário da Constituinte, Arnaldo Faria de Sá volta a lamentar que "hoje em dia muitos aposentados e pensionistas recebem miseravelmente menos de mil cruzados por mês, enquanto a Previdência quer anistiar clubes de futebol e escolas particulares que têm recursos próprios e deixam de pagar sua contribui-

ção. Se depender do voto de Arnaldo Faria de Sá, a Previdência vai criar a "Casa do Aposentado", para abrigar diversos beneficiários que não têm onde morar nem onde comer, "uma vez que a instituição possui muitos locais abandonados que poderiam se prestar a esta finalidade".

TRIPARTITE

O sistema tripartite parece ter encontrado ressonância pelo menos em dois pontos da questão previdenciária entre os constituintes: quanto à administração da Previdência e quanto à contribuição. É este, por exemplo, o ponto de vista do constituinte Francisco Amaral (PMDB — SP) quando afirma que a Previdência tem de ser da responsabilidade de todos, e financeiramente, do patrão, do empregado e do governo. Neste particular, o representante paulista lembra que uma filosofia de res-

"Nenhum aposentado receberá menos que um salário mínimo e os proventos serão proporcionais aos do pessoal ativo"

ponsabilidade deve ser implantada de cima para baixo, pois, "o governo é o maior devedor da Previdência, o maior e mais relapso deles, o que nunca pagou. Ele é que realmente tem inviabilizado o aperfeiçoamento do sistema e tem fraudado a fiscalização, tornando-se o sonegador número um. O grande devedor da Previdência não é nenhum Abdalla ou outro dos nomes que estão sempre nos noticiários. É o governo mesmo, conclui Amaral.

A administração tripartite ou direção colegiada, da qual participa obrigatoriamente um aposentado já galgou, inclusive, os primeiros degraus das subcomissões e comissões temáticas, assim como o sistema tripartite de contribuição, ou contribuição mista. Aliás, essa contribuição mista já era antes defendida pelo então Ministro da Previdência Social, em 1985, Waldir Pires, em exposição perante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara, presidida pelo ex-deputado Mário Hatot tendo como relator o deputado Alceni Guerra. Dizia o ministro que, diante do fato de que o orçamento da Previdência se compõe fundamentalmente da incidência de

contribuições sobre a folha de salários das empresas (86% do total da receita do SINPAS, em 84) fica evidente que a recessão econômica, ao comprimir o nível de emprego e a massa de salários no País, reduz a arrecadação do sistema. Mostrando a necessidade de se superar essa vulnerabilidade às oscilações conjunturais, Waldir Pires declarou não ser justo nem factível adaptar os gastos com previdência e assistência social, em cada ano, à disponibilidade de recursos obtidos dessa forma. Naquele mesmo ano, a União havia transferido para a Previdência Social apenas 2,9% de seu Orçamento Fiscal, o que representou 4,8% das despesas do SINPAS.

De lá até hoje, esta situação não mudou. A Previdência Social é realmente custeada pelos próprios beneficiários que, após 30, 40 ou até mais anos de serviço se aposentam (quando não morrem no meio do caminho) para ganhar o menos que suficiente para sua sobrevivência digna. Um exemplo entre milhões: a professora Francisca de Araújo Rosa, hoje com 77 anos e que, num recanto distante do Nordeste brasileiro, durante 40 anos ensinou a várias gerações, além das primeiras letras e o alicerce de toda a estrutura educacional, que é o curso primário, os fundamentos da moral, os princípios da justiça, o respeito ao poder constituído, o amor à Pátria e a defesa sem quartel de seu solo. Aposentada após 40 anos de serviços ininterruptos, Francisca Rosa recebeu este mês o correspondente ao seu salário de abril (além de tudo, recebe sempre com atraso), ou seja, a quantia de 3 mil e 600 cruzados. Solteira, sozinha no mundo, ela conta com o carinho e o apoio da cidade a quem ela praticamente ensinou a ler. Não fora isso, está claro que ela não teria condições de sobreviver condignamente. Advogados, médicos, economistas, jornalistas, técnicos, sacerdotes, governador e ministros já saíram dos bancos da sua escolinha. Um ministro de Estado, ex-aluno da "madrinha" Francisca, compõe hoje a equipe do governo Sarney. Agora que a Assembléia Nacional Constituinte inclui entre as suas grandes preocupações a redenção do aposentado, Francisca de Araújo Rosa pode dizer que está mais do que colaborando com este evento da vida constitucional do País: coincidentemente, ela "mandou" para cá nada mais nada menos do que três constituintes representantes de três diferentes unidades da Federação!

Maria Valdira



Francisco Amaral



Paulo Macarini

serviço, não aceitando, contudo, a idéia de exigência de que o trabalhador tenha, no mínimo, 55 anos de idade, pois isso — frisa — "seria penalizar os mais pobres e que são obrigados a trabalhar mais cedo para enfrentar suas dificuldades e da família, e também porque a maioria dos trabalhadores não iria conseguir aposentar-se, pois morreria antes. A expectativa de vida dessa maioria não é de 55 anos. Pode ser até mesmo superior para a camada dos mais privilegiados. Mas, para a grande massa do trabalhador brasileiro, infelizmente, não é mesmo".

Conhecido como um "expert" em matéria de previdência social, Jorge Uequed tem marcado a sua atuação parlamentar com a defesa de uma seguridade social bem estruturada, capaz de resistir às investidas de métodos alienígenas que nada têm a ver com a nossa realidade. Para o peemedebista gaúcho "defender os aposentados e pensionistas é defender a sobe-

Constituintes defendem a ecologia e os favelados

A destruição da flora e da fauna do Pantanal foi denunciada pelo constituinte Raimundo Bezerra (PMDB — CE). Segundo ele, a depredação provocada pelo garimpo, pelos caçadores e pelos projetos econômicos mal elaborados e despreocupados com a ecologia podem destruir o maior santuário ecológico do planeta. Ele pediu medidas urgentes para assegurar a manutenção das condições ambientais na região.

Ubiratan Aguiar (PMDB — CE), por outro lado, defendeu uma reforma urbana que minimize o problema do "afavelamento" das populações de baixa renda. Ele entende que o controle de vastas áreas urbanas por poucos privilegiados tem favorecido a especulação imobiliária e a pressão desses pequenos grupos sobre as prefeituras e autoridades do Governo, além de tornar escassas as alternativas de assentamento das famílias pobres.

A criação de um imposto progressivo sobre as terras urbanas ociosas ou não plenamente utilizadas, segundo o Deputado, é um mecanismo eficaz para estimular a referida reforma. Deve-se ainda — acrescentou — dotar a União de recursos legais para intervir no problema, que hoje está afeto exclusivamente ao prefeito; e também definir a função social da propriedade, para que ela deixe de servir exclusivamente aos interesses dos grandes proprietários.

Pronunciamento repercute

Um dos temas que causou maior mobilização das lideranças partidárias durante a semana passada no plenário da Assembléia Nacional Constituinte foi o pronunciamento do Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, a respeito de diversas matérias constitucionais.

Para o constituinte Miro Teixeira do PMDB, o pronunciamento do Ministro é "uma marca do passado", dando por superada essa visão que divide a sociedade brasileira em civil e militar. Segundo o parlamentar do Rio de Janeiro, uma reunião de ministros de outras áreas não teria a mesma repercussão, insistindo que hoje a Nação não se divide em civis e militares, mas entre nacionalistas e entreguistas. Miro Teixeira disse esperar que a Constituinte tenha como preocupação elaborar uma Carta moderna com o enfoque principal voltado para a área social e a defesa das riquezas do País.

Para o líder do PDT, constituinte Brandão Monteiro, os ministros militares têm todo o direito de manifestar suas opiniões sobre os assuntos nacionais. Afinal, recordou o parlamentar, eles exercem uma função civil, e, por isso, sobretudo o Ministro do Exército deve ser convidado a comparecer à Assembléia Nacional Constituinte para manifestar e defender suas propostas

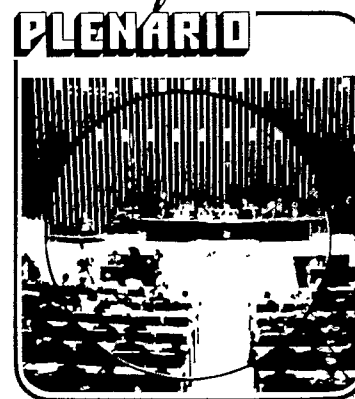
diante dos parlamentares, da mesma forma como outros setores da sociedade foram convidados a prestarem sua colaboração à nova Constituição.

O líder do PCB do B, constituinte Haroldo Lima, também criticou o pronunciamento do Ministro do Exército, principalmente quando trata da questão da anistia aos militares punidos pelo Golpe de 64, a estabilidade no emprego e a duração da jornada de trabalho que pode ser fixada em quarenta horas.

O constituinte Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT, afirmou que as propostas apresentadas pela Comissão de Ordem Social enfrentam vários adversários. Manifestou-se contra mensagem apresentada pelo Ministro do Trabalho, alterando a organização sindical e a lei de greve, quando a Constituinte está a apenas quatro meses do prazo final. Esse projeto foi entregue, na opinião do parlamentar, mais com o intuito de orientar os constituintes que dão sustentação ao Governo.

Jorge Arbage, do PDS do Pará, segundo-vice-presidente da Constituinte, afirmou que a matéria sobre anistia deve ser tratada em comunhão de acertos com os chefes militares.

"Que se ouçam as razões e tire-se a média".



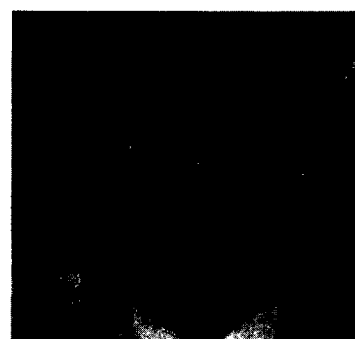
Pedida eleição geral para 88

A realização de eleições gerais no País no próximo ano, "para completar a reconstrução da ordem jurídica", foi defendida pelo constituinte João Natal, do PMDB de Goiás, em pronunciamento feito da Tribuna da Constituinte.

Lembrou o parlamentar goiano que em 1988 serão realizadas eleições para prefeitos e vereadores e que "esta data poderá constituir-se num marco histórico com as eleições dos integrantes dos demais cargos, dando maior força ao advento da democracia plena no País", afirmou.

Na opinião de João Natal, após a promulgação da nova Constituição, devem ser marcadas eleições para vereadores, prefeitos, deputados estaduais, governadores, deputados federais, senadores e presidente da República.

A constituinte Cristina Tavares (PMDB — PE) defendeu a realização de eleições presidenciais no próximo ano, depois de mostrar sua desaprovção ao Governo da Nova República, considerando-o antinacionalista, ao aprovar um modelo econômico que prejudica os interesses nacionais.



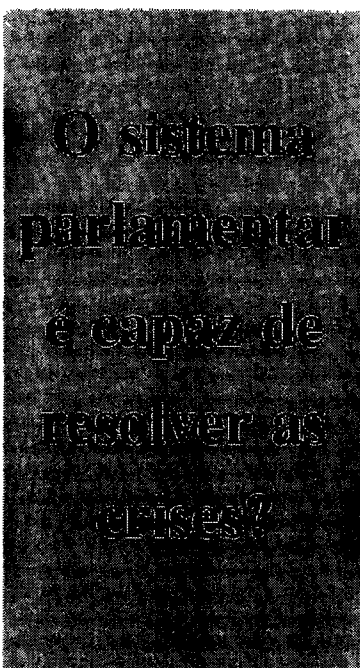
Natal: para restaurar a ordem jurídica



A mulher, a negra, a favelada preside a Constituinte

Na semana passada, no dia 24 de junho, o plenário da Assembléia Nacional Constituinte viveu um fato histórico: pela primeira vez uma mulher, negra e ex-favelada, a constituinte Benedita da Silva (PT — RJ), na qualidade de suplente da Mesa, presidiu os trabalhos de uma sessão ordinária.

Vários oradores, entre eles os constituintes Mário Lima (PMDB — BA), Ademir Andrade (PMDB — PA) e Theodoro Mendes (PMDB — SP), saudaram o acontecimento. Momentos depois, o Presidente Ulysses Guimarães, em nome da Mesa, se associou ao registro, que teve, ainda, palavras elogiosas de representantes dos demais partidos.



O sistema parlamentar é capaz de resolver as crises?

A adoção do sistema de governo parlamentar no Brasil foi um dos temas bastante debatidos no Plenário da Constituinte. O constituinte Jofran Frejat (PFL — DF), mostrou-se ainda em dúvida sobre essa proposta, destacando, entretanto, que não acredita na estabilidade política advinda exclusivamente do sistema de governo adotado por um país.

— Crises podem irromper em ambos os sistemas — garantiu —, se não forem superadas as dificuldades no campo econômico.

O constituinte Airton Sandoval (PMDB — SP) defendeu a instituição do parlamentarismo no Brasil — "indispensável ao aperfeiçoamento político, já que a democracia, com é sabido, repousa, essencialmente, nos partidos políticos", afirmou.

O constituinte paulista discorda do argumento dos partidários do presidencialismo de que não possuímos partidos fortes. Na sua opinião, o presidencialismo não foi capaz de criar partidos fortes e de evitar as graves crises institucionais.

O constituinte Joaquim Bevilacqua (PTB — SP) é de opinião que o regime de gabinete "é um celeiro de lideranças políticas", lembrando, para argumentar, o surgimento de grandes estadistas na Europa após a Segunda Guerra, quando na maioria dos países se adotou o sistema parlamentarista de governo.

Segundo Bevilacqua, as idéias que ainda serão aperfeiçoadas levarão o País a superar o arcaico sistema presidencialista que transformou os representantes do povo — de vereador a senador — em "despachantes de luxo".

"Carta vai refletir a média"

— A futura Constituição não vai ser escrita por nenhum grupo ideológico; será de todos, refletindo a média dos nossos sentimentos, para que não corramos o risco de termos exacerbadas as frustrações.

As palavras são do constituinte Ibsen Pinheiro (RS) vice-líder do PMDB, que realçou o trabalho desenvolvido nas Subcomissões e Comissões para dizer que este é o momento de se encontrar um eixo de gravidade na elaboração do novo texto constitucional. Ele argumentou também que o PMDB, ao lado dos demais partidos, vai contribuir decisivamente para que o País tenha uma Constituição moderna, que registre os avanços sociais e preserve as instituições e valores que o País tem cultivado.

Prisco defende voto distrital

O constituinte Prisco Viana, do PMDB da Bahia, defendeu a instituição do voto distrital no sistema eleitoral brasileiro, afirmando que esta fórmula "nada contém de casuismo e muito menos se trata de uma peça com suposta trama diabólica destinada a acabar com os pequenos partidos".

Na sua argumentação, Prisco Viana mostrou que o voto distrital também não se destina a acabar com o debate ideológico nas eleições ou facilitar a ação do poder econômico nos pleitos, "como insinuam os críticos desse sistema".

Segundo o parlamentar baiano, é necessário examinar a proposta sem qualquer tipo de preconceito. O fundamental — disse — é buscar uma melhor qualidade para a representação política que favoreça a consolidação dos partidos políticos.

Anna pede por avanços

Um apelo ao plenário da Constituinte para que os avanços conquistados até agora sejam mantidos nas próximas etapas foi feito pela constituinte Anna Maria Rattes (PMDB — RJ), para quem as duas primeiras fases foram marcadas principalmente pela intensa participação popular, “como parte da cobrança da imensa dívida política e social que a classe dirigente tem com a Nação”.

Segundo ela, a dívida social é com mais de 80% da população: 90 milhões de pessoas que vivem em processo de degradação da qualidade de vida, dos quais 40 milhões já em miséria absoluta, quadro esse que se agrava pela dívida externa e interna do País, ampliadoras de suas distorções.

Anna Maria Rattes quer que seus companheiros do PMDB sejam fiéis ao programa partidário, lembrando-se dos compromissos com a reforma agrária e com a instituição de uma política agrícola e com a formulação de uma política industrial.

MOBILIZAÇÃO

A constituinte Benedita da Silva (PT — RJ) teme, por sua vez, que a futura Constituição possa acabar se transformando em letra morta e, para que isso não aconteça, ela defende a mobilização popular como instrumento de pressão, além da criação de mecanismos de controle e fiscalização do texto constitucional e das leis ordinárias.

Também ela acredita ser fundamental que a Constituinte consagre os avanços até aqui conquistados, garantindo a liberdade de organização e expressão, independentemente de “nascimento, etnia, raça, cor, sexo, trabalho, religião, orientação sexual, deficiência física ou mental”.

Sólon vê povo “descrente de tudo e de todos”

As dificuldades com que os constituintes se deparam para tratar dos temas constitucionais, em um momento em que a situação econômica, política e social do País está bastante difícil, foram tema de análise do constituinte Sólon Borges dos Reis (PTB — SP).

É que, segundo ele, o povo, descrente de tudo e de todos, pode supor que a ANC tenha alguma responsabilidade neste panorama que, no entender do parlamentar, é dos mais tristes e melancólicos de nossa história.

Em adendo à tese, Sólon Borges dos Reis argumenta ainda que não seria de admirar de o povo perguntar-se qual o sentido do Congresso Constituinte, dentro de um regime de governo “malabarista”, onde se inventam palavras para distrair a população de seus sofrimentos.

Já o constituinte Mansueto de Lavor (PMDB — PE) vê a coisa sob outro prisma. Dizendo-se não



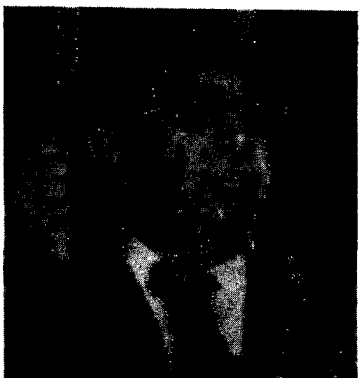
Anna Rattes: as primeiras etapas foram marcadas por intensa participação do povo

Para Benedita da Silva, é através da lei que se possibilita a abertura de fissuras na dura carapaça da intransigência, da intolerância e do autoritarismo, sendo importante, porém, que, além disso, se mantenham as lutas setoriais para que se aprofunde a discussão e o enfrentamento em favor dos setores oprimidos do País.

Outro que vê na força da pressão popular o instrumento para a consecução dos objetivos tão aguardados da nova Carta é o Constituinte Fêres Nader (PDT — RJ). Ele está convicto de que a presença do povo na Assembleia Nacional Constituinte é que contribuirá para a elaboração de uma Constituição à altura de suas esperanças.

Fêres Nader assinala que a sociedade brasileira vive hoje uma insatisfação generalizada pelo que ele chama de “inércia do Estado”, que, historicamente, segundo o parlamentar, tem sido sempre utilizada pelas classes dirigentes para a defesa de seus próprios interesses.

participante do rol dos desalentados, ele só tem elogios ao trabalho que vem sendo feito pelos constituintes, trabalho esse que, em sua opinião, está em sintonia com a realidade do País e pode ser traduzido com substanciais avanços.



Sólon Reis: panorama dos mais tristes

Projeto não é estatizante

O constituinte Artur da Távola (PMDB — RJ) lamentou que seu anteprojeto tenha sido rejeitado sem sequer ser discutido na comissão que tratou da Educação. Ele condenou aqueles que qualificaram sua proposta de estatizante, quando na verdade o que propôs foi a valorização da escola pública e a garantia da existência da escola privada, mesmo sem o apoio do poder público.

Artur da Távola lembrou que seu substitutivo previa recursos públicos para escolas de nível superior, que mantêm cursos de pós-graduação e desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Para o constituinte Ubiratan Aguiar (PMDB — CE), a comissão não soube nem mesmo refletir o pensamento dos educadores, coincidente com o programa do PMDB.

O constituinte Adylson Motta (PDS — RS) advertiu que a Assembleia Nacional Constituinte “não poderá cometer o crime de eliminar o ensino particular no País”, até porque um aluno em uma escola particular, segundo ele, custa apenas um quinto do que o Governo gasta com este mesmo aluno matriculado em uma escola pública.

O parlamentar do PDS gaúcho defendeu a ampliação da escola pública no Brasil, desde que ela não interfira na liberdade de escolha daqueles que buscam para seus filhos melhor qualidade de ensino, como se verifica na rede particular de ensino.

O constituinte lamentou que a Comissão Temática específica não tenha dado uma definição clara para a polêmica hoje existente entre o ensino público e o particular.



Artur da Távola: escola privada teria existência garantida

Empregos para os deficientes

Após declarar que milita há 23 anos em defesa dos direitos das pessoas deficientes, principalmente dos doentes mentais, o constituinte Nelson Seixas (PDT — SP) comunicou haver apresentado proposta à Constituinte que obriga as empresas públicas a terem pelo menos 3% desses deficientes em seus quadros funcionais. A proposta visa a integrar essas pessoas no ambiente familiar e adaptá-las ao mercado de trabalho, “o que acontece em países desenvolvidos, como os Estados Unidos”. O parlamentar também apelou ao INCRA e ao MIRAD para que, ao desapropriarem terras devolutas, reservem uma área rural a entidades que cuidem de pessoas deficientes.

Andrade acha reforma essencial à paz no campo



Andrade: mecanismos seguros para justa distribuição da terra

Há uma verdadeira guerra civil na Amazônia entre os grandes proprietários de terra e milhares de trabalhadores rurais e homens do campo que lutam pelo direito a um pedaço de terra. Quem diz isso é o constituinte Ademir Andrade (PMDB — PA), acrescentando que a questão da reforma agrária é essencial: “É preciso garanti-la, sem o que a Constituinte não estará contribuindo para a paz no campo”.

Essa garantia, em sua opinião, não deve ficar restrita a providências de redistribuição de terras, mas dizer também respeito a recursos financeiros, entre outros, capazes de possibilitar o assentamento das famílias.

Ademir Andrade chama a atenção igualmente para a urgência de que na nova Carta sejam estabelecidos mecanismos seguros que

possibilitem a justa distribuição de terras.

Também o constituinte Nelton Friedrich (PMDB — PR) tem a questão da terra como fundamental na ordem de prioridades da Assembleia Nacional. É assunto decisivo — diz ele —, além de ser o mais antigo e grave problema nacional.

Sua expectativa — segundo assinala — é que o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB — AM), consagre a reforma agrária através de uma nova dimensão, de maneira a obter como resultado a paz no interior brasileiro.

Nelton Friedrich diz esperar também que a distribuição de terras seja justa e evite o envelhecimento precoce, pela degradação ambiental, do solo fértil do Brasil.



Friedrich: a questão da terra é prioridade fundamental da Constituinte

Escolas privadas também receberão ajuda oficial

As verbas dos governos não serão destinadas apenas às escolas públicas. A visita de representantes do Conselho Nacional de Secretários de Educação e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação ao presidente e ao líder do PMDB na Constituinte, deputado Ulysses Guimarães e senador Mário Covas, para apresentar emendas à nova Carta, acabou não obtendo os resultados esperados. Eles foram informados de que o texto do relator Bernardo Cabral não contempla a exclusividade das verbas governamentais ao ensino público, como reivindicam as entidades.

Está previsto o repasse de verbas públicas também para escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos. O presidente Ulysses Guimarães informou que o texto foi definido após reuniões do relator da Comissão de Sistematização com os relatores das subcomissões e comissão que trabalharam sobre o tema Educação, o senador João Calmon (PMDB — ES) e o deputado Artur da Távola (PMDB — RJ). Saiu vitoriosa a tese do senador João Calmon que defendeu com muito ardor as escolas confessionais.

Sem informar o conteúdo do texto do substitutivo de Bernardo Cabral, o deputado Ulysses Guimarães afirmou que a solução foi boa para as escolas públicas. Mas os representantes dos secretários estaduais e municipais de Educação já tinham dele tomado conhecimento através do senador Mário Covas e não concordaram com a

avaliação do presidente da Constituinte. O presidente do Conselho Nacional, Fábio Bruno (DF), entende que essa exceção aberta pelo relator permitirá que outras escolas particulares venham a receber verbas públicas, mesmo tendo fins lucrativos.

Fábio Bruno admite apenas uma exceção: repasse de recursos para escolas comunitárias e filantrópicas que não cobram qualquer taxa de anuidades. Assim, ficariam excluídas as escolas privadas com fins lucrativos e até mesmo as escolas confessionais que não têm fim lucrativo, mas cobram elevadas taxas. “Sabemos do poder da CNBB, mas vamos lutar por essa proposta”, afirmou o secretário de educação do Distrito Federal.

A partir de agora, eles vão trabalhar pela aprovação do texto do anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte, que estabelece a exclusividade das verbas do Governo para escolas públicas. Fábio Bruno acha que as universidades católicas que trabalham com pesquisa, algo que interessa à Nação, devem procurar recursos junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Considera um crime o repasse de recursos públicos para essas escolas, enquanto milhões de crianças estão fora da escola fundamental.

As entidades defensoras da exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas estão colhendo assinaturas para apresentar em plenário a sugestão que consagra esse tipo de postura do Estado.

Cidadão assume a iniciativa

O cidadão terá ainda o direito de ser ouvido, através de plebiscito ou de referendo, no primeiro caso para aferir a vontade popular a respeito de assunto de grande relevância, e no segundo para dar sua aprovação ou reprovação a determinada lei.

Instrumentos efetivos e de fácil acesso para a defesa dos direitos do cidadão é o que a futura Constituição colocará nas mãos dos brasileiros, se prevalecerem as propostas adotadas nas subcomissões e comissões temáticas da Assembléia Nacional Constituinte. Esses novos mecanismos, que atingem áreas vitais do relacionamento entre o Estado e a sociedade, tornarão a transparência da ação estatal uma realidade constitucional, na medida em que o cidadão e as entidades várias que o representam entram de posse de meios legais para exigir o atendimento de suas necessidades e de seus direitos. Uma das principais inovações é a criação da figura do "defensor do povo".

O brasileiro conhece bem e usa com frequência o **habeas corpus** e o mandado de segurança. O primeiro, quando sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. O segundo, quando necessita de proteger direito líquido e certo não amparado por **habeas corpus**, seja qual for a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder. Em ambos os casos, sua postura é a de paciente, a quem é assegurado o direito de reagir.

Dispõe, ainda, de outros instrumentos constitucionais, tais como o direito de representação e de petição aos poderes públicos, em defesa de direito ou contra abusos de autoridade, e a ação popular, visando a anular atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas.

Até aqui tais instrumentos seriam suficientes. Mas a Constituinte não está encarando assim a questão. Constituintes querem criar novas figuras de amparo pleno aos direitos do cidadão, da sociedade e das instituições. É que a nova Constituição será obra de uma nova sociedade brasileira, em evolução, que quer ser dinâmica, participativa, e ser sujeito do processo de decisão e administração.

Reflexo de tal tendência, expressa em milhares de propostas e emendas vindas de todo o País, o texto adotado pelas subcomissões e comissões temáticas criou novas armas de defesa dos direitos e dos interesses dos brasileiros.

Desse modo, será reconhecida aos sindicatos e associações, mediante requerimento, a faculdade de exigir do Estado a informação clara, atual e precisa do que fez, do que faz e do que programou fazer. Tais entidades representativas de interesses sociais e coletivos, vinculadas ou não a órgãos públicos, serão parte legítima para requerer informações ao poder público e promover as ações que visem à defesa dos interesses que representam.

Se o Procurador-Geral arquivar ou mantiver o arquivamento de qualquer investigação criminal ou de peças de informação, qualquer cidadão poderá interpor recurso, em 30 dias, para o Conselho Superior do Ministério Público.

QUALIDADE DO SERVIÇO

Outro recurso do cidadão está na garantia de que a lei instituirá o processo de atendimento, pelas autoridades, das reclamações da comunidade sobre a prestação do serviço público. Da mesma forma, ela deverá instituir o processo pelo qual a população poderá representar contra o poder público nos casos de insuficiente ou inadequado atendimento pelos órgãos da segurança social.

O direito de resposta em todos os meios de comunicação é mantido em favor tanto das pessoas físicas como jurídicas. Ainda com relação aos meios de comunicação, também se pretende a criação de mecanismos pelos quais a pessoa será protegida de agressões sofridas pela promoção da violência e outros aspectos nocivos à saúde, à família, ao menor e à ética pública.

Refletindo a preocupação da sociedade com o impacto do desenvolvimento científico e tecnológico na privacidade do cidadão, a lei regulamentará a instituição de um novo instituto — o **habeas**

data. Sua finalidade será assegurar o conhecimento de informações e referências pessoais e dos fins a que se destinam, sejam elas registradas por entidades particulares ou públicas, inclusive as policiais e as militares, bem como permitir que sejam retificados os dados.

De outra parte, o direito à informação recebe o reforço de uma proteção específica: os órgãos públicos serão obrigados a atender aos pedidos de informação dos meios de comunicação em assuntos de interesse público.

Em muitas situações, a ação popular poderá ser acionada, tais como para declarar a perda de mandato do deputado ou senador que deixa de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias das comissões e da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão autorizada pela respectiva Câmara.

Mediante ação civil pública, o governante poderá ser responsabilizado por omissão, se não diligenciar para que todas as crianças em idade escolar, residentes na sua jurisdição, tenham direito ao ensino fundamental obrigatório e gratuito. E o cidadão poderá também mover ação popular quando o Estado omitir-se na proteção do patrimônio ambiental.

INCONSTITUCIONALIDADE

A inconstitucionalidade será alvo de novas medidas protetoras dos interesses sociais. Por exemplo, as confederações sindicais, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e os partidos políticos com representação no Congresso serão partes legítimas para propor ação de inconstitucionalidade. Trinta entidades associativas, no mínimo, poderão propô-la, alegando a inconstitucionalidade por omissão, se os direitos previstos no capítulo da Ordem Social não puderem ser exercidos por falta da respectiva lei.

De modo mais abrangente, a ação direta de declaração de inconstitucionalidade será movida nos casos de normas de qualquer grau e origem, atos jurisdicionais ou administrativos, que inviabilizem o pleno exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e as prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e aos direitos do cidadão.

INICIATIVA

A iniciativa, que caracteriza participação como sujeito, tam-

bém é reconhecida ao cidadão, pois a ele é assegurado o direito de propor leis tanto no plano federal como estadual. Esse direito de iniciativa legislativa poderá ser exercido pela apresentação à Câmara dos Deputados, de projeto de lei ou emenda à Constituição, devidamente articulado e subscrito por, no mínimo, 0,3% do eleitorado nacional, distribuídos em pelo menos cinco Estados, com pelo menos 0,1% dos eleitores de cada um deles.

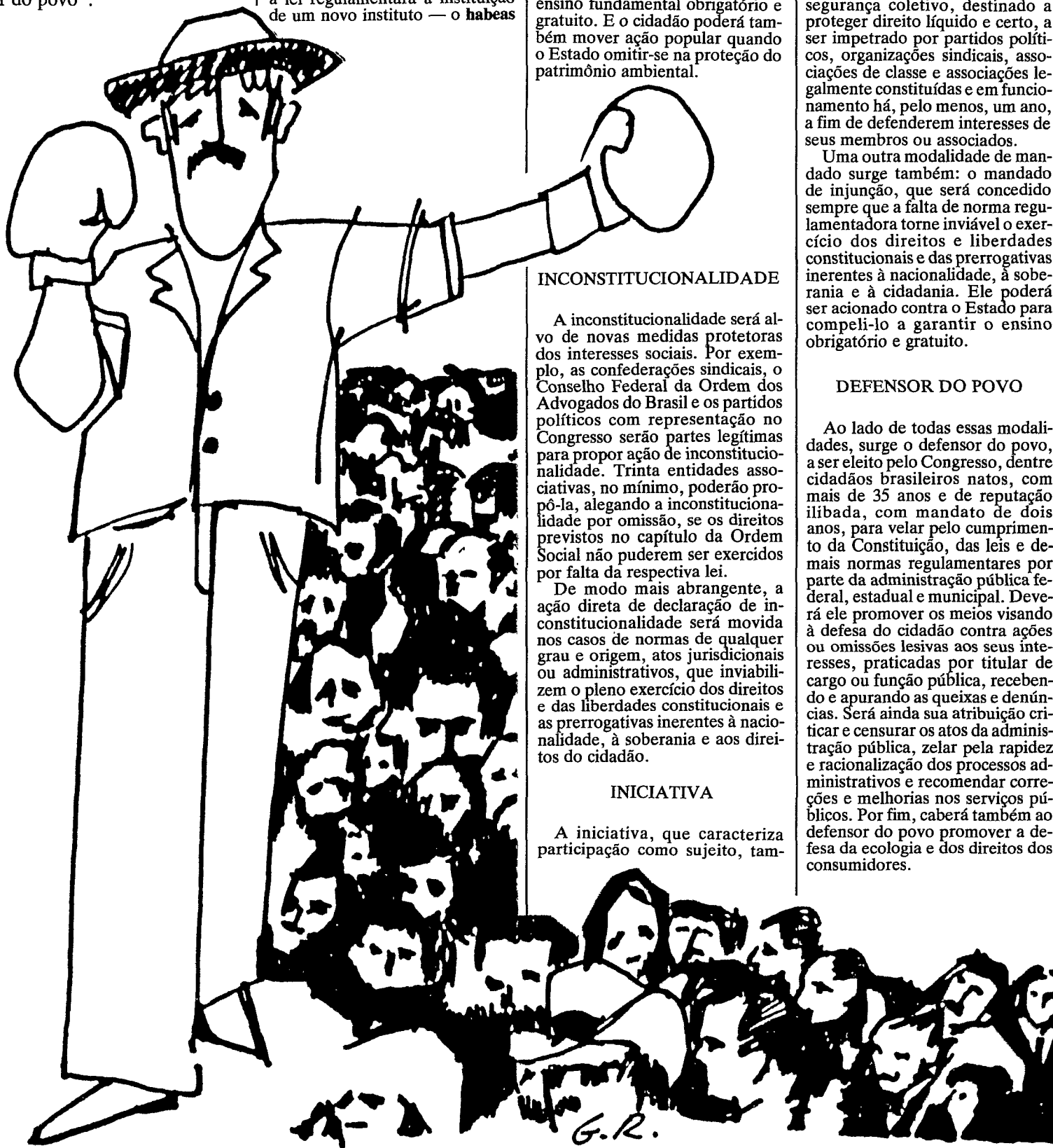
No campo do direito penal, a vítima, seus parentes ou representantes legais terão a faculdade de ajuizar ação penal subsidiária quando, nos crimes de tortura, ocorrer omissão do Ministério Público. Quando for necessário, para o pleno exercício dos direitos e liberdades individuais, coletivos e políticos, terá cabimento ação requisitória de informação e exibição de documentos, inclusive os encobertos por sigilo bancário e os relativos a declaração de renda.

Ao lado do mandado de segurança individual, a Constituição poderá contemplar o mandado de segurança coletivo, destinado a proteger direito líquido e certo, a ser impetrado por partidos políticos, organizações sindicais, associações de classe e associações legalmente constituídas e em funcionamento há, pelo menos, um ano, a fim de defenderem interesses de seus membros ou associados.

Uma outra modalidade de mandado surge também: o mandado de injunção, que será concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Ele poderá ser acionado contra o Estado para compeli-lo a garantir o ensino obrigatório e gratuito.

DEFENSOR DO POVO

Ao lado de todas essas modalidades, surge o defensor do povo, a ser eleito pelo Congresso, dentre cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos e de reputação ilibada, com mandato de dois anos, para velar pelo cumprimento da Constituição, das leis e demais normas regulamentares por parte da administração pública federal, estadual e municipal. Deverá ele promover os meios visando à defesa do cidadão contra ações ou omissões lesivas aos seus interesses, praticadas por titular de cargo ou função pública, recebendo e apurando as queixas e denúncias. Será ainda sua atribuição criticar e censurar os atos da administração pública, zelar pela rapidez e racionalização dos processos administrativos e recomendar correções e melhorias nos serviços públicos. Por fim, caberá também ao defensor do povo promover a defesa da ecologia e dos direitos dos consumidores.



Sem retrocesso e sem utopias

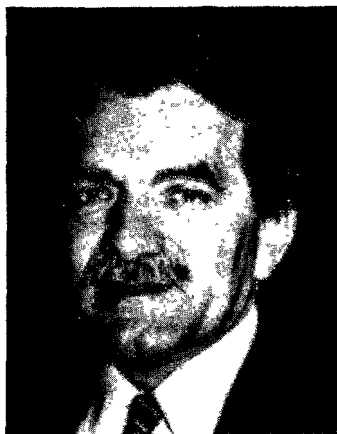
Nem retrocesso nem utopia. Esses, no entender do Senador Odacir Soares (PFL-RO), os parâmetros que todos os constituintes deveriam ter em mente, daqui por diante, para produzir uma Constituição duradoura e que venha de fato servir ao País.

Não é possível — disse — que da Assembléia Nacional Constituinte de 1987, que tantas esperanças despertou e ainda desperta no País todo, venha surgir um trabalho que, em qualquer setor, represente um recuo em relação à Constituição de 1946 e, até mesmo, ao atual texto outorgado pela Junta Militar de 1969. O Brasil evoluiu muito nesses 40 anos. Hoje há uma acentuada consciência social no País, uma preocupação em reduzir as desigualdades, seja no plano individual, seja no plano regional, e é preciso que isso esteja refletido na Constituição que estamos elaborando. Ela deve fornecer os instrumentos adequados para possibilitar essa evolução.

Mas se é inadmissível um retrocesso, segundo o constituinte por Rondônia, “tampouco podemos cair no erro oposto, de tentar avançar além da conta”. Aí está, a seu ver, o outro balizamento: a utopia.

Não podemos — prosseguiu o parlamentar — deixar de ter os pés firmemente assentados na realidade. Não estamos fazendo uma Constituição para um País imaginário, ideal, mas sim para um País real, cuja conjuntura política, econômica, social e cultural tem que ser cuidadosamente levada em consideração.

Para o Constituinte Odacir Soares, a virtude, como sempre, está no meio termo. A futura Constituição nem pode ir para trás, nem pode ir demais para a frente. Mas também não pode ser feita apenas para a realidade do momento. Como os faróis de um automóvel, ela deve iluminar um pedaço da estrada à frente, porque senão correrá o risco de ser superada dentro de curto espaço de tempo. No caso oposto, de avançar pelo terreno da uto-



pia, o risco é de tornar-se inextinguível, inaplicável, letra morta.

“Acredito — assinalou — que estamos indo pelo bom caminho, não obstante as preocupações manifestadas, ora pelos setores moderados e conservadores, ora pelas correntes de esquerda. Por enquanto, apesar do árduo e excelente trabalho realizado pelas oito comissões temáticas e suas subcomissões, não há nada ainda definido. O que se fez, na verdade, foi um sério trabalho de levantamento de dados e opiniões de toda a sociedade. Algumas opções preliminares foram feitas também, mas no âmbito restrito das comissões temáticas. Cada uma delas, porém, representava apenas um décimo do plenário da Assembléia Nacional. Neste, com a participação dos 559 constituintes, é que as questões serão de fato decididas. E estou certo de que até lá o bom senso acabará levando os grupos que radicalizaram suas posições nessas primeiras etapas de elaboração constitucional a fazer concessões mútuas para que o Brasil tenha uma Constituição como a da Espanha, da qual Felipe González disse que pode não agradar plenamente a ninguém, em particular, mas representa a síntese da opinião política de 90% da sociedade espanhola.”

Constituinte
Odacir Soares

Uma idéia mais alta se alevanta

Eu não conhecia pessoalmente Afonso Arinos de Melo Franco. Já havia lido trabalhos seus e me emocionado com as referências a ele feitas por um velho amigo, Pedro Nava, em **O Círio Perfeito**. Na semana passada participei de uma entrevista realizada com o Senador e que sai publicada nesta edição.

Nesta entrevista, Afonso Arinos fala de várias coisas, na condição de Presidente da Comissão de Sistematização e como intelectual. Não tratarei da entrevista, é melhor que seja lida. Tratarei de conceitos: Afonso Arinos mencionou a falta de um debate em torno de idéias e frisou um ponto, buscado no liberalismo clássico e que ele considera mais atual que nunca: a liberdade deve ser o motor da autoridade, e não o contrário, como ocorre cada vez mais freqüentemente.

Sobre o primeiro enfoque, questiona-se porque não se debate grandes temas, como a relação entre homem e sociedade, por exemplo, ou entre antigo, contemporâneo e futuro, num espaço com a ANC. Não tenho certeza se me situo ideologicamente próximo de Afonso Arinos, mas concordo em que não se pode erguer edifícios sem bases, sem estruturas. Sobre o segundo aspecto, o Senador quer reiterar o óbvio: num mundo ameaçado pela guerra nuclear, os direitos deixam de ser meramente individuais, para serem reivindicações coletivas. Enfim, do encontro com Afonso Arinos, trago uma lição antiga: pensar grande também é importante. A Constituição deve, se quiser — e para isso é soberana — detalhar todos os aspectos da vida brasileira. Tudo é importante. A carta pode ser sintética ou analítica. O que não se pode permitir é a estagnação do pensamento. Ser moderno é meditar sobre fatos de todos os tempos.

Ronaldo Paixão
Secretário de Redação.

Plínio sugere novo calendário

Preocupado em conseguir ampla audiência pública para o debate do projeto de Constituição, o Constituinte Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) apresentou ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte uma proposta de Calendário de Discussão.

De acordo com a proposta, a Mesa publicaria, imediatamente, o Calendário completo de todas as sessões ordinárias e extraordinárias destinadas à discussão, em 1º turno do projeto, indicando a parte do texto a ser debatida em cada sessão.

Em seguida, a Mesa abriria um prazo para que os constituintes fizessem suas inscrições. De acordo com o Regimento, cada constituinte poderá falar sobre o projeto, apenas uma vez em plenário, mas a Mesa facultaria a indicação de três dias, em ordem prioritária. De posse desses dados, far-se-ia um sorteio e se ajustaria o Calendário às preferências dos constituintes.

Pelo sistema proposto por Plínio Arruda Sampaio, cerca de 400 deputados fariam uso da palavra.

Defendendo sua proposta, o Constituinte alinhou quatro argumentos básicos:

— estabelecendo um tema de debate, evita-se o sistema atual de inscrição, segundo o qual um constituinte fala sobre o divórcio, outro sobre o desmembramento do Estado de Goiás, um terceiro sobre tributos e um quarto sobre reforma agrária. Essa dispersão dificulta o acompanhamento da discussão pelo povo. Com o sistema proposto,



Plínio de Arruda Sampaio

todo mundo fica sabendo que o dia X está reservado para o debate da questão urbana, por exemplo. É fácil ver, então, como se posicionaram o PMDB, o PT, o PDS sobre esse tema. Isto é o que se chama de “transparência” da atuação política.

— Sabendo com antecipação todo o desenvolvimento do debate, o partido, as bancadas, as lideranças podem planejar adequadamente suas estratégias de debate e distribuir seus oradores de forma mais conveniente para o avanço de suas idéias.

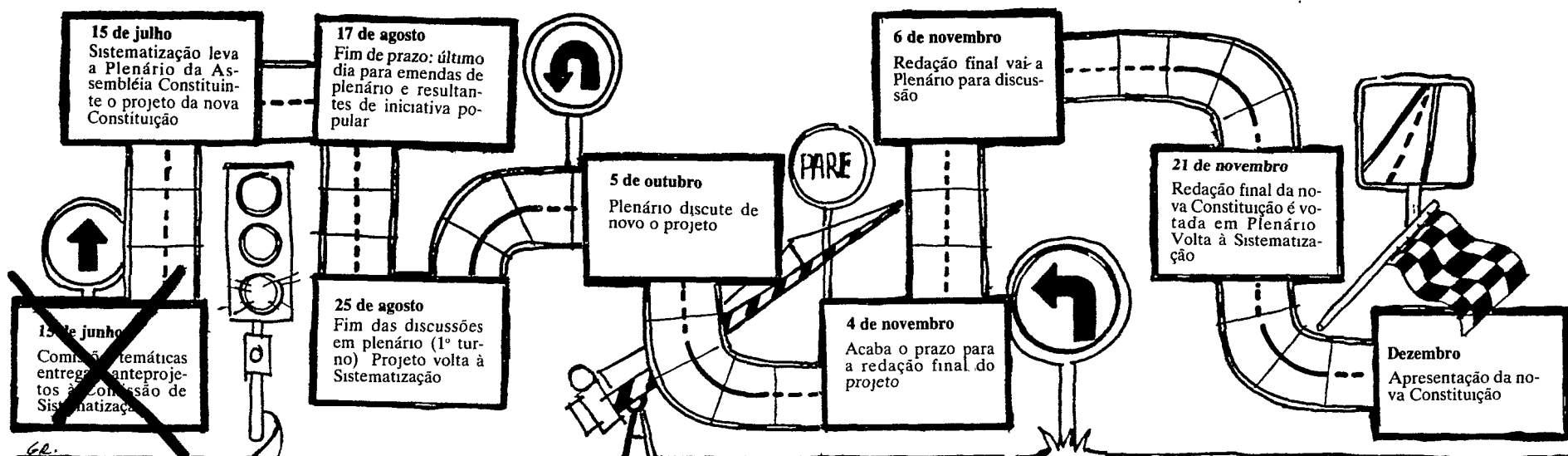
— Os grupos sociais interessados em aspectos específicos da Constituição terão um elemento seguro para programar suas manifestações.

— A imprensa disporá de meios para organizar melhor suas pautas, sincronizando seus editoriais, entrevistas e reportagens com o trabalho da Constituinte.

A democracia, assevera o Deputado Plínio Arruda Sampaio, só poderá ganhar com isso. Em vez de uma discussão hermética, acessível apenas aos iniciados, teremos um verdadeiro simpósio de debate dos grandes temas nacionais. Uma Constituição conhecida pelo povo é uma Constituição sólida, e esse debate organizado só pode contribuir para fazer bem conhecido o texto constitucional.

Eis o calendário proposto pelo constituinte Plínio Arruda Sampaio: Mês — Julho Dias: 17 — Nacionalidade, Soberania e Relações Internacionais; 21 — Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias; 22 — Direitos e Garantias Individuais; 23 — União, Distrito Federal e Territórios; 24 — Estados; 28 — Municípios e Regiões; 29 — Poder Legislativo; 30 — Poder Executivo; 31 — Poder Judiciário e Ministério Público. Agosto. Dias: 4 — Sistema Eleitoral e Partidos Políticos; 5 — Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança; 6 — Garantia da Constituição, reformas e Emendas; 7 — Tributos, Participação e Distribuição das Receitas; 11 — Orçamento e Fiscalização Financeira; 12 — Sistema Financeiro; 13 — Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade e do Subsolo e da Atividade Econômica; 14 — Questão Urbana e Transporte; 18 — Política Agrícola e Fundiária e Reforma Agrária; 19 — Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; 20 — Saúde, Seguridade e Meio Ambiente; 21 — Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias; 25 — Educação, Cultura e Esportes; 26 — Ciência e Tecnologia e Comunicação; 27 — Família, Menor e Idoso.

DATAS E PRAZOS DO JOGO DEMOCRÁTICO



O Jornal da Constituinte está, gradativamente, obtendo a penetração desejada em todo o País, principalmente junto a entidades representativas de classe, órgãos públicos e associações diversas. É cada dia maior o volume da correspondência dirigida ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães; ao Primeiro-Secretário, Marcelo Cordeiro e à editoria do jornal, o que evidencia o crescente interesse da sociedade em acompanhar mais de perto o trabalho da Constituinte. Algumas dessas cartas são publicadas nesta página, não só para testemunhar a repercussão do Jornal da Constituinte como para incentivar uma aproximação maior com a opinião pública. Escreva você também.

Of. nr 037/87
Do: SIEM

Assunto: SINDICATO DOS VIGILANTES
Dr. ULISES GUIMARAES
MD. PRESIDENTE

Assunto: Solicitação (par)

Re.: JORNAL DA CONSTITUENTE - Semanal
Pela presente, tomamos a 1ª
ditar sua digna pro
Jornal

NOTAS FEDERAL

Re.: JORNAL DA CONSTITUINTE-SP

Pela presente, tomamos à liberdade de vir
ter ao nosso Sindicato o Jornal em providência de manter o
melhor de nossos associados a respeito, para orienta-
mos sempre estaremos inteiramente a sua disposição.

Atenciosamente,

Enviamos-lhe, abaixo, o nome em
seu inteiramento a sua disposição.

Atenciosamente
-Presidente-
José Joaquim Pereira
CH-5 DENT

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE Curitiba
JUIZADO ESPECIAL DE PEQUENAS CAUSAS
Bairro Santa Isabel

Guilab-MT, 05 de junho de 1.987.

Of. nº. 043/87/JEPC
Stº. Isabel

Do : Juizado Especial de Pequenas Causas
do Bairro Santa Izabel

o : Juizado Especial do Bairro Santa
Ao : Ex^{ma}. Sr. Dr. ULYSSES GUIMARÃES
DD. Deputado Presidente da Colenda Assembleia
Const. tuante.

Señor Presidente,

Señor Presidente,

Cumpramentado V. Ex.^a, pelo brilhantismo com que conduziu os trabalhos na Augusta Assembléa Nacional Constituinte, onde se labora no preparo de uma nova Lei Maior do Estado Brasileiro, fomos votos para que, no final, teríamos uma Constituição que represente as legítimas aspirações do Povo.

Servimo-nos, também, da oportunidade para solicitar a V. Ex.^a, seja-nos enviado "O JORNAL DA CONSTITUENTE", para o Juizado Especial de Pequenas Causas do Bairro Santa Isabel - Combustível (C. Ex. P. 78.000).

la Paes de Barros, 398, Bairro Santa Isabel - a V. Ex.^a, os nossos protestos de elevada estima e distinguida consideração, subscrevemo-nos mu,

ATTENCIOSAMENTE

ATENCIOSAMENTE

Vern Lucia Cid Hernandez Carl
Juana Pretora-JEPC
Sts. Izabel

Lídio Modesto da Silva
Juiz Pretor-JEPC
Izabel

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIGIENE
AV. RIO BRANCO, 186 GR. 1818 - TEL. 342-2622
RIO DE JANEIRO - RJ

Rio de Janeiro, de junho de 1987.

Senhor Diretor Responsável:

Solicito a fineza de suas providências para a remessa a sociedade de profissionais de saúde do JORNAL DA CONSTITUINTE.

Antecipadamente agradecido, envio-lhe

Cordiais saudacões.

Nilson Guimarães
Médico-Sanitarista

Senhor Marcelo Cordeiro
Jornal da Constituinte
Serviço de Divulgação
Assembleia Nacional Constituinte - Câmara dos Deputados
70160 - Brasília - DF

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MIRAD

MEMO/DSI/MIRAD/Nº 017/87

Do. _____

Ao _____

Assunto : JORNAL da CONSTITUINTE

1 - O MIRAD

balhos de

REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MIRAD

Em, 09 JUN 87

Director da DSI/MIRAD

Chefe da Assessoria de Divulgação e Relações Públicas

da CÂMARA dos DEPUTADOS - ADIRP -

- 1 - O MIRAD vem acompanhando com total interesse, os trabalhos desenvolvidos pela ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE (A.N.C.).
- 2 - O "JORNAL da CONSTITUINTE" recentemente editado por essa ADIRP é, sem sombra de dúvida, instrumento valioso para todos aqueles que, interessados nos destinos do nosso País, acompanham, desde o nascedouro, a criação da nova CONSTITUIÇÃO do BRASIL.
- 3 - Diante do acima exposto, encareço a esta ADIRP no sentido de remeter a esta ADIRP o "JORNAL da CONSTITUINTE".

3 - Diante do acima exposto, encarego a cooperação dessa ADIRP no sentido de remeter a esta DSI, todos os exemplares do "JORNAL da CONSTITUINTE" que estão sendo editados

4 - Nosso endereço funcional é - DSI/MIRAD - Ministério da Saúde

4 - Nosso endereço funcional é:
- DSJ/MIRAD
- Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
(MIRAD)
- W-3-NORTE - Quadra 515, Bloco "C" Lote 03 - 2º andar

Atenciosamente,

IVAN MORAES RÊGO
Diretor da DSI/MIRAN

Santos, 17 de junho de 1987

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE SANTOS

Prezado Senhor

Recebemos e agradecemos os dois exemplares de expediente nº 2, edição de 8 a 14 de junho.

Constituinte - Na oportunidade, informamos, para efeito de cadastro, que o Sr. José Carlos de Almeida, atual presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Alimentos, não possui vínculo empregatício com a Lamberini e o endereço para correspondência é Avenida

— CEP 11055, telax 131362.

Atenciosamente
 Maria Lopes Vicent
 Departamento de Comunicação

São Benedito, 05 de Setembro de 1964

Caríssimo, mo Presidente Ulysses Guimarães. Gostaria de reencarregar a você o Jornal da C. através pelo qual me e de que está acontecendo no C. da Região Brasileira.

Na certeza do objetivo da desse C. meus protestos de Es. Consideração

(Obs. Como que deixas, Vossa Excelência,
que confio eternamente em V. Ex^a

Excmo. Sr. Antonio Augusto Pereira
Rua N. S. dos Anjos, N.º 100
Bairro de São Bomedito da Capoezeira
Município de Juazeiro - Est. do Paulo.
Cep. 14 500

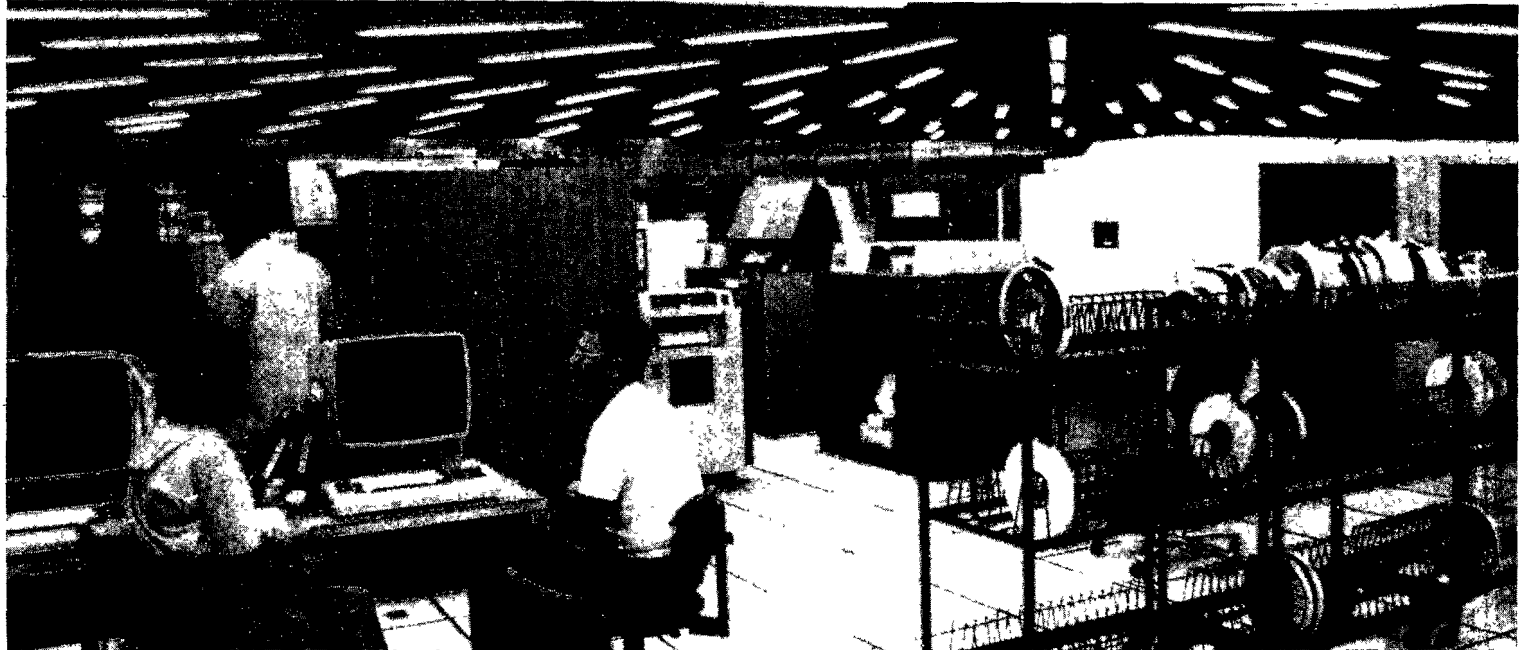
A Constituinte da Informática

A Constituinte de 1987, além de seu aspecto pioneiro de elaborar uma Constituição sem o subsídio de um projeto anterior, ainda guarda uma outra particularidade, que é a de se utilizar largamente dos serviços de informática, a tal ponto que sem os trabalhos de grande aspecto desenvolvidos pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — Prodasen, as dificuldades de senadores e parlamentares seriam muito maiores e mais difíceis. Custava imaginar que uma Constituição viesse a ser feita em menos de um ano, o que seria mesmo impossível levando-se em conta a diversidade do povo brasileiro e das questões a serem resolvidas, sem o uso de computadores.

A informática tem sido utilizada pelo Legislativo de forma amplamente superior aos padrões usuais. Traduzindo em números, em termos de tempo, a ocupação da unidade central de processamento (com impressora a laser), eles indicam 65 horas em fevereiro e 99 em maio. Outro dado revelador do trabalho diz respeito ao volume de papel utilizado. O gasto regular mensal, que em janeiro deste ano era de 264 caixas, avançou para 452 em fevereiro, chegando a 625 no mês seguinte, ou o mesmo que mais de 1 milhão e 800 mil folhas de papel. Além disso, foram interligados ao computador central 642 terminais, não só no âmbito do Congresso (que possui 535 do total), mas também a uma rede entre órgãos públicos — praticamente todos os ministérios, Presidência da República, tribunais superiores e administração do Governo de Brasília além de outros 42 órgãos públicos estaduais, inclusive 15 assembleias legislativas.

PESSOAL

O envolvimento do pessoal do Prodasen tem sido exaustivo não raro exigindo jornadas de trabalho sucessivas e às vezes ininterruptas, envolvimento que teve início já a partir da discussão do Regimento Interno da Constituinte, quando toda a equipe foi acionada no sentido de fornecer os recursos da informática para que os relatores



Profissionalismo e informática marcam os trabalhos da Constituinte

pudessem cumprir os prazos que foram estipulados. Os serviços, que também continuaram durante os debates nas subcomissões e depois nas comissões temáticas, foram de apoio para a elaboração de atas, pautas de reunião, cadastro de endereçamento, tratamento estatístico e de processamento de textos, sempre com o propósito de facilitar a dinâmica legislativa. Não foram necessárias contratações extras de técnicos. O Prodasen limitou-se a lançar mão de operadores de outras empresas da área, somente para a digitação de textos. No total foram acionados 100 profissionais para comporem essa equipe de digitadores.

A missão estipulada para o Prodasen na Constituinte exigiu que o órgão se adaptasse para desempenhar um papel que extrapolou de sua rotina habitual de serviço, que seria a de proporcionar apoio logístico ao Legislativo. O movimento de relatores e de assessores em busca dos serviços de informática fez com que o Prodasen implantasse uma nova infra-estrutura, no que se refere a fornecimento de alimentação e transporte para o pessoal, segurança e apoio burocrático. Nesse particular, foi

dada ênfase a que fosse criado um clima de isolamento para os constituintes, estabelecendo um controle do ingresso de lobistas e curiosos, de forma a não perturbar a elaboração dos pareceres.

SUBSÍDIO

Como subsídio para os estudos dos parlamentares e para viabilizar os trabalhos das comissões e subcomissões, o Prodasen desenvolveu alguns bancos de dados especialmente elaborados para a Constituinte. Com a antecedência de dois anos, o Prodasen desenvolveu para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, por iniciativa do senador José Ignácio Ferreira, Presidente da Comissão na época, o banco de dados de sugestões do cidadão, que armazenou cerca de cem mil sugestões enviadas pelos brasileiros. No total, foram 814 horas de pesquisas, através da rede de terminais, no espaço de quatro meses.

Outra iniciativa do Prodasen, também anterior à instalação da Constituinte, foi a transposição, para um banco de dados, dos tex-

tos integrais de todas as Constituições brasileiras e 25 Constituições de diversos países, baseadas em trabalho realizado pela Subsecretaria de Edições Técnicas da Secretaria de Documentação e Informação do Senado. Por tais informações, é possível confrontar rapidamente os textos constitucionais de vários países versando sobre um assunto específico.

Foi ainda criado, já no desenvolvimento da Constituinte, o banco de dados de jornais contendo referências às informações veiculadas na imprensa brasileira sobre a elaboração da nova Carta. São informações armazenadas pela Subsecretaria de Biblioteca do Senado e totalizam perto de oito mil documentos.

De grande importância para os trabalhos de senadores e deputados foi a criação de um banco de armazenamento de emendas e anteprojeto, que permitiu cadastrar todas as 21.288 emendas oferecidas durante as diversas fases da Constituinte. Através desse recurso, os parlamentares tiveram quadros comparativos que apresentavam o substitutivo, permitindo confrontar cada dispositivo com as emendas que diziam respeito a um

determinado artigo, parágrafo, inciso ou mesmo alínea.

Todo o conjunto de aplicações dos serviços prestados pelo Prodasen ainda será utilizado a partir do encerramento dos trabalhos pelas áreas legislativas do Senado e Câmara no processo de elaboração da legislação ordinária, principalmente no desenvolvimento das comissões técnicas.

E a atividade do Prodasen se encerra também nos bancos de dados institucionais que foram sendo montados ao longo do tempo, com referência, em termos de expressão numérica para as normas jurídicas, onde se encontram armazenados 213.860 documentos relativos a textos legais editados no País, desde 1946. Ainda há o banco de matérias legislativas, com informações sobre 49.203 projetos armazenados desde 1972, além do banco de discursos, contendo 25.680 documentos, e mais o de livros e periódicos.

O uso constante de computadores, com tendência a crescer ainda mais, faz prever que a informática foi definitivamente incorporada ao Legislativo, fazendo prever uma crescente profissionalização especializada no setor.

PDC ATUANTE NA CONSTITUINTE



O Partido Democrata Cristão inaugurou as instalações da liderança partidária na Assembleia Nacional Constituinte, esta semana. O PDC, que nas últimas eleições mandou um senador e cinco deputados federais para a Constituinte, pretende intensificar sua atuação tanto no Parlamento como junto às bases, a fim de organizar diretórios e estruturar a legenda. Nos debates sobre a nova Constituição, os pedecistas

estão se dedicando mais aos temas sociais e econômicos. O ato contou com a presença do segundo-vice-presidente da Mesa da Constituinte, Jorge Arbage, e os parlamentares do PDC, Mauro Borges, José Maria Eymael, Paulo Roberto Cunha, Roberto Balestra, Sotero Cunha e Siqueira Campos, que aparece discursando na abertura da nova sede partidária.

EPOPÉIA EDITORIAL DA ABRIL



Homenageando a Assembleia Nacional Constituinte, a Editora Abril montou uma exposição com duas mil e quinhentas fotos, denominada "Epopéia Editorial — uma história de informação e cultura", na sede do Congresso. A mostra revela os principais trabalhos das diversas publicações da editora, desde 1950, dedicando maior espaço à fase em que as revistas *Realidade* e *Veja* enfrentaram a censura, ocor-

rada com maior intensidade nos anos de 1973 a 1976. O presidente do Senado e Congresso Nacional, Humberto Lucena, e o presidente da Câmara e da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, prestigiaram a abertura da exposição. Na foto, o presidente da Editora Abril, Roberto Civita, quando mostrava detalhes da exposição ao Presidente Ulysses Guimarães.

No Brasil, assim como na Espanha

Após trinta e nove anos de autoritarismo, o Sol, na expressão de Ernest Hemingway, se levantou na Espanha. Era chegada a democracia. Há dez anos atrás os espanhóis viviam momento semelhante ao da campanha pelas diretas, no Brasil. E, à festa do fim do franquismo se seguiu a elaboração de uma nova Constituição. O fotógrafo Reginaldo Marinho estava na Espanha por ocasião da redemocratização e documentou o reencontro de um povo com sua liberdade. Neste mês, esteve no Brasil, avaliando nosso processo de transição, o Presidente do Governo espanhol, Felipe Gonzalez. Ele pôde ver então, montada no salão negro do Congresso, promovida pelo Senado Federal, uma exposição dessas fotos, que reproduzimos em parte aqui.



Alegria do povo nas ruas com o fim do regime de Franco em 1977. O Senado promoveu exposição sobre o tema por ocasião da visita de Felipe Gonzales. É o exemplo espanhol



1. Os cidadãos e os poderes públicos estão sujeitos à Constituição e ao restante do ordenamento jurídico.
2. Compete aos poderes públicos promover as condições para que a liberdade e a igualdade do indivíduo e dos grupos em que se integra sejam reais e efetivas; os poderes públicos devem, também, remover os obstáculos que impeçam ou dificultem a plenitude da liberdade e da igualdade e facilitar a participação de todos os cidadãos na vida política, econômica, cultural e social.
3. A Constituição assegura o princípio da legalidade, a hierarquia normativa das leis, a publicidade das normas, a não retroatividade das disposições que não sejam favoráveis aos direitos individuais ou que os restrinjam. Garante, também, a segurança jurídica e impede o exercício da arbitrariedade por parte dos poderes públicos.

Este é o texto do artigo 9º da Constituição espanhola, que Felipe Gonzalez, durante sua passagem pelo Brasil, destacou como muito importante. O sentido básico desta norma é a garantia da liberdade e da igualdade. Sobre tudo, impede-se aí que o cidadão seja vítima do próprio poder público.

A preocupação do Presidente do Governo espanhol com esse artigo ganha sentido na medida em que se observam as fotos de Reginaldo Marinho: a alegria do povo espanhol com a redemocratização confere a exata dimensão da liberdade do ser humano. Esse é o ponto essencial de toda a ordem jurídica: o sentido de liberdade, de justiça, de igualdade.

No Brasil, estamos, como na Espanha, buscando, pela via pacífica, atingir igual objetivo. O povo foi às ruas e pediu a transição para a democracia. Ela está se processando, atualmente, através da elaboração da Constituição. A próxima etapa será a eleição direta em todos os níveis, inclusive para presidente da República.

O exemplo espanhol deve servir de meditação para todos os povos que ainda vivem sob regimes ditatoriais. Na Espanha o sorriso passou a aflorar dos lábios, o cidadão passou a se conscientizar de que é responsável por si mesmo, responsável pelo poder público e por este respeitado.

Os regimes autoritários deixam os povos tristes. Seria impossível num estado autoritário coletar fotos como estas. O Brasil pretende que, daqui para a frente, seus fotógrafos e os do mundo todo, possam, cada vez mais, retratar nesse País mais festa, menos miséria e menos opressão.